



Maria Edinelma Maciel da Silva Ferreira

**SANEAMENTO AMBIENTAL E
URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: O
Caso das Comunidades de Bela Vista
I e II Próximas da Área de Proteção
Ambiental/APA Saubal –
Santarém/Pará**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Instituto de Tecnologia
Mestrado Profissional em Processos
Construtivos e Saneamento Urbano

Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Dênio Ramam de Carvalho
Oliveira

Belém – Pará – Brasil
2016



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
MESTRADO EM PROCESSOS CONSTRUTIVOS E SANEAMENTO URBANO**

**SANEAMENTO AMBIENTAL E URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: O caso
das comunidades de Bela Vista I e II próximas da Área de Proteção
Ambiental/APA Saubal – Santarém/Pará**

MARIA EDINELMA MACIEL DA SILVA FERREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Processos Construtivos e Saneamento Urbano da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do grau de Mestra.

Belém/Pará
2016

**SANEAMENTO AMBIENTAL E URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: O caso
das comunidades de Bela Vista I e II próximas da Área de Proteção
Ambiental/APA Saubal – Santarém/Pará**

MARIA EDINELMA MACIEL DA SILVA FERREIRA

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Processos Construtivos e Saneamento Urbano, área de concentração em Saneamento Urbano, Linha de Pesquisa Saneamento Ambiental, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Profissional em Processos Construtivos e Saneamento Urbano (PPCS) do Instituto de Tecnologia (ITEC) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Aprovada em 18 de Fevereiro de 2016.

Prof. Dr. Bernardo Borges Pompeu Neto
Coordenador do PPCS

Dênio Ramam Carvalho de Oliveira, D.Sc.
(Orientador)

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dra. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Marcelo Picanço
(Examinador Interno)

Belém/Pará
2016

A Deus por acreditar que Ele é o Caminho a Verdade e a Vida e ter certeza que somente por Sua intercessão iluminando minha mente foi possível concluir este trabalho.

A meus pais Manoel Damião da Silva e Rubeniza Maciel da Silva (in memorian) por sempre trilhar meu caminho e de meus irmãos alicerçado em valores como a ética e a honestidade e incentivar sempre a busca de nossa realização pessoal e profissional através da educação.

Às minhas filhas Júlia e Lívia e meu esposo Genardo Jean por compreenderem meus momentos de ausência e stress e incentivarem sempre a realização de mais essa conquista em minha carreira profissional.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador, Dr. Dênio Ramam Carvalho de Oliveira, por aceitar esse desafio de me orientar demonstrando confiança no meu potencial para elaboração desta dissertação.

As instituições UFPA e IPEAM pela parceria que possibilitou a realização do curso em Santarém e ao Instituto Federal do Pará pela seção do espaço físico para que o curso acontecesse.

Aos professores da Universidade Federal do Pará que se dispuseram a vir ministrar o curso em Santarém, oportunizando a formação de mais essa etapa do meu crescimento profissional.

A minha querida sogra Dra. Maria Antônia Vidal por seu apoio incondicional durante todo o período do curso sendo fundamental para conseguir chegar até aqui e em especial por suas valiosas contribuições as quais foram essenciais para a elaboração e conclusão desta dissertação.

As minhas irmãs, em especial Edineusa, Elizete e Maria José pelo constante incentivo para conclusão desse projeto.

As minhas cunhadas Gisele e Gerusa pelas contribuições técnicas na estrutura e formatação desta dissertação.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a conclusão do curso.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo identificar as carências de saneamento ambiental das Comunidades de Bela Vista I e II, próximo a APA Saubal no município de Santarém-Pa, em virtude do movimento de ocupação espontânea e indicar propostas de saneamento ambiental, sob a perspectiva de uma comunidade socioeconomicamente sustentável. Trata-se de um estudo de caso com base nas referências teóricas e levantamento empírico por meio da aplicação de um questionário com questões fechadas, às famílias residentes na Comunidade Bela Vista I, num total de 54 (cinquenta e quatro) correspondendo a uma amostra 30% da população e Comunidade Bela Vista II, num total de 29 famílias, correspondendo a 20% da população pesquisada. As informações foram processadas estatisticamente e posteriormente analisadas. Além desses informantes, foi realizada entrevista com uma integrante do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA da Serra do Saubal e com o então presidente da Associação de Moradores do Bairro da Nova República no período da ocupação. Recorreu-se, também, à pesquisa documental, como registros fotográficos, imagens georreferenciadas produzidas por meio da utilização do software de geoprocessamento Quantum Gis. Os resultados evidenciam a falta de políticas públicas consistentes para o saneamento na Amazônia, refletindo interesses externos à ela. Logo se deduz que, não houve um planejamento prévio por parte do poder público em sanear as áreas para torná-las habitáveis, primeiro ocorre o povoamento para depois, quem sabe saneá-las. O interesse econômico se sobrepõe às necessidades básicas, como saúde, educação e moradia, gerando pobreza, desemprego, entre outras mazelas sociais. Conclui-se que a morosidade das instâncias governamentais e a má gestão pública emperram constantemente o processo de saneamento das cidades e os seus bairros, principalmente os de formação espontânea.

Palavras-chave: Saneamento ambiental, Ocupação espontânea, urbanização da Amazônia.

ABSTRACT

This research aimed to identify the environmental sanitation needs of Bela Communities Vista I and II, near APA Saubal in the municipality of Santarém-Pa, due to the spontaneous occupation movement and state environmental sanitation proposals, from the perspective of a sustainable socio-economic community. It is a case study based on the theoretical references and empirical survey by applying a questionnaire with closed questions, the families residing in the Community Bela Vista I, a total of 54 (fifty-four) corresponding to a sample 30 % of the population and community Bela Vista II, a total of 29 families, representing 20% of the population surveyed. Data were statistically processed and analyzed. In addition to these informants, interview was conducted with a member of the Management Board of the Environmental Protection Area - APA Serra do Saubal and the president of the Association of the New Republic Neighborhood Residents of the occupation period. It turned up, too, the documentary research, as photographic records, georeferenced images produced through the use of GIS Quantum GIS software. The results show the lack of consistent public policies for sanitation in the Amazon, reflecting foreign interests to it. Soon it follows that there has never been interest from the government in cleaning up the areas to make them habitable, but rather, to populate it and then, who knows SANEA it. The economic interest overrides the basic needs such as health, education and housing, creating poverty, unemployment, and other social ills. It concludes that the slow pace of government bodies, poor governance constantly hamper the healing process of the cities, and within them, their neighborhoods, especially those from spontaneous formation.

Keywords: Environmental Sanitation, spontaneous Occupation, Amazon urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Porto Velho, 1908 (NERY, 2013).....	30
Figura 2 - Porto Velho atual (RONDONIAGUIA, 2015).....	30
Figura 3 - Palácio do Governo de Rio Branco - Acre, 1930 (MACHADO, 2006).....	31
Figura 4 - Palácio do Governo de Rio Branco - Acre atual (AMAZONIANAREDE, 2012).....	31
Figura 5 - Orla de Santarém, 1935 (NETO, 2012).....	32
Figura 6 - Orla de Santarém atualmente (FERREIRA, 2015).....	32
Figura 7 - Mapas de Localização do Município de Santarém-Pa (COSTA, 2012)...	34
Figura 8 - Mapa dos Bairros de Santarém-Pa (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM – PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2010).....	39
Figura 9 - Áreas de expansão urbana da cidade de Santarém (OLIVEIRA, 2008)..	40
Figura 10 - Localização geográfica: limites das Comunidades (Google Earth com adaptações Wildson Sousa, 2015).....	46
Figura 11 - Mapas comparativos da ocupação das áreas CBV I e CBV II (Werlisson Sousa, 2015 e Google Earth com adaptações Wildson Sousa, 2015).....	47
Figura 12 - Imagens comparativas da área da CBV I nos anos de 2007 e 2009 (CNES, 2006).....	49
Figura 13 - Imagens comparativas das áreas da CBV I e II nos anos de 2006 e 2015 (CNES, 2006).....	50
Figura 14 - Mapa de Localização da APA Serra do Saúbal e CBV I e CBVII (SANTOS, 2015).....	53
Figura 15 - Ocupação da CBV II em direção a APA - Serra de Saubal.....	54
Figura 16 - Visão Panorâmica da Serra do Saubal/APA – Saubal.....	54
Figura 17 - Período de formação da Comunidade de Bela Vista I.....	57
Figura 18 - Período de formação da Comunidade de Bela Vista II.....	58
Figura 19 - Procedência dos moradores da Comunidade.....	60

Figura 20 - Renda mensal da família.....	61
Figura 21 - Meios de transporte utilizado.....	62
Figura 22 - Aspectos das Moradias CBV I e II.....	63
Figura 23 - Aspectos das Moradias CBV I e II.....	63
Figura 24 - Ausência de Saneamento.....	64
Figura 25 - Situação do Lixo.....	64
Figura 26 - Armazenamento do Lixo.....	65
Figura 27 - Prevalência de doenças entre os moradores.....	66
Figura 28 - Formação escolar e/ou acadêmica.....	67
Figura 29 - Utilização e/ou finalidade do computador.....	68
Figura 30 - Local de acesso à internet pelos moradores.....	68
Figura 31 - Material utilizado como fonte de leitura.....	69
Figura 32 - Utilização de espaços culturais pelos moradores.....	69
Figura 33 - Opção religiosa dos moradores.....	70

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Períodos de Desenvolvimento da Rede Urbana Amazônica.....	25
Tabela 2- A fronteira urbana e os padrões de urbanização	27
Tabela 3- População segundo situação da unidade domiciliar 1950/2010.....	41

LISTA DE SIGLAS

AMBAVIG	Associação de Moradores do Bairro Vigia
APA	Área de Preservação Ambiental
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBV I	Comunidade Bela Vista I
CBV II	Comunidade Bela Vista II
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CSAN	Coordenadoria Municipal de Saneamento Básico
DAEs	Departamento de Abastecimento de Água e Esgoto
ETE'S	Estações de Tratamento de Esgoto
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSESP	Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GIS	Sistema de Informações Geográficas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IESPES	Instituto Esperança de Ensino Superior de Santarém
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEAM	Instituto de Pesquisas Ecológicas da Amazônia
ISBN	International Standard Book Number
MCID	Ministério das Cidades
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente da Amazônia

PA	Programa de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Assentamento Rápido
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PIC	Programa Integrado de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PMS	Prefeitura Municipal de Santarém
PMS	Pronto Socorro Municipal
PMSS	Programa de Modernização do Setor de Saneamento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POLAMAZÔNIA	Programa de polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
S.A	Sociedade Anônima
SAEs	Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto
SEMAD	Secretaria Municipal de Administração
SEMINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEMPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação em Geral
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública?
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNSA	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	JUSTIFICATIVA.....	2
1.2	OBJETIVOS.....	2
1.3	MÉTODO.....	3
1.4	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	3
2	O SANEAMENTO URBANO NO BRASIL	5
2.1	O SANEAMENTO BÁSICO A LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	6
2.1.1	Lei 10.257/2001 - Estatuto das Cidades	7
2.1.2	Lei 11.445/07 - Principais contribuições para o Saneamento Básico do Brasil	7
2.1.3	Decreto nº 7.217/2010 - Regulamentação da Lei 11.445/2007	10
2.2	SANEAMENTO: DISCUTINDO CONCEITOS.....	12
2.2.1	Saneamento	12
2.2.2	Saneamento Básico, Saneamento do Meio e Saneamento Ambiental - Existediferença?	13
2.3	SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO - UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA TAMBÉM NO BRASIL.....	16
2.4	URBANIZAÇÃO DO BRASIL: UM PROCESSO COMPLEXO.....	18
2.4.1	Segregação espacial: uma realidade nas cidades brasileiras	20
2.4.2	Caracterização do fenômeno da ocupação e urbanização da Amazônia .21	
2.4.2.1	A Ocupação da Amazônia.....	22
2.4.2.2	Particularidades do Desenvolvimento Urbano na Amazônia.....	24
3	SANTARÉM: CIDADE MÉDIA DO OESTE PARAENSE	32
3.1	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.....	33
3.2	CIDADE MÉDIA: CONCEITO.....	35
3.3	URBANIZAÇÃO DE SANTARÉM - PROCESSO ACELERADO A PARTIR DE 1960.....	37
3.3.1	Saneamento Urbano no contexto Santareno	41
3.3.1.1	Particularidades do Saneamento Ambiental em Santarém.....	41

3.3.2	Crescimento da área urbana para a periferia de Santarém.....	43
3.3.2.1	Plano Diretor de Santarém: um direcionamento para a urbanização.....	44
4	PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA PRÓXIMA À APA SAUBAL EM SANTARÉM/PARÁ: COMUNIDADES DE BELA VISTA I E II.....	46
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCUS DA PESQUISA: CBVI E CBV II.....	46
4.1.1	O contexto da comunidade Bela Vista I.....	48
4.1.2	O contexto da comunidade Bela Vista II.....	50
4.1.3	APA do Saubal.....	52
4.2	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	56
4.2.1	Processo de ocupação espontânea.....	57
4.2.2	Modelo de ocupação: entre a teoria do êxodo rural e a teoria da Segregação.....	59
4.2.3	Aspectos socioculturais das Comunidades Bela Vista I e II.....	66
5	CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	71
5.1	CONCLUSÕES.....	71
5.2	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	72
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
	APÊNDICES.....	79

1 INTRODUÇÃO

A urbanização desordenada e os problemas decorrentes são realidades presentes no atual processo de crescimento e urbanização das cidades brasileiras. Ocorre tanto nas áreas das grandes metrópoles como também nas médias e pequenas cidades, inclusive no interior da Amazônia. Tal fenômeno acontece por falta de planejamento urbano ordenado por meio de recursos técnicos e científicos apropriados ao projeto de desenvolvimento e saneamento ambiental para as áreas urbanas.

Ressalta-se que o fenômeno da urbanização e conseqüentemente o crescimento urbano das cidades passou a ocorrer em nível mundial concomitante ao fenômeno da Revolução Industrial ocorrido na Europa, inicialmente na Inglaterra, no decorrer do século VIII. Tal revolução disseminou-se para os outros continentes no decorrer do século XIX e, no século XX atinge os países periféricos do capitalismo. No caso do Brasil, a urbanização acelerada passa a acontecer a partir da segunda metade do século XX, quando o processo de industrialização se consolida na região sudeste. Já na Amazônia tal fato é observado a partir da implementação de políticas governamentais visando ocupar e desenvolver a região durante a vigência dos governos militares.

A partir da década de 1960, passa-se a observar, na Amazônia, o rápido crescimento das cidades médias, como é o caso de Santarém-Pa. Oliveira (2010, p.1) ressalta que: “A intensificação do processo de urbanização da região amazônica, que data da década de 1960, com a intervenção do estado brasileiro, para dotar de infraestrutura, nas ações dos grandes projetos na região norte do país, teve enormes influências nas configurações citadinas”.

Esse fato é impulsionado dentre outros fatores, pela crescente modernização da agropecuária, o que contribuiu para a ocorrência do chamado êxodo rural, fenômeno de migração da população das áreas rurais em direção aos centros urbanos, culminando com o aumento da população e a expansão da área urbana, ou seja, do crescimento horizontal da cidade. Entretanto, esse inchaço populacional e conseqüentemente a expansão da área urbana de Santarém passou a ocorrer de forma espontânea, não planejada. As áreas periféricas da cidade passaram a ser o foco de concentração da massa de migrantes oriundos do campo, e sem qualquer

planejamento começaram a surgir novos bairros e áreas de invasão, como por exemplo, da grande área localizada geograficamente na parte sul do município de Santarém. Neste, se localiza uma comunidade denominada Bela Vista a qual próxima a uma serra denominada popularmente de Serra do Saubal. A mesma já é efetivamente classificada como área de preservação ambiental (APA).

Em decorrência do processo de ocupação desordenada já se constata uma tendência à ocupação espontânea dessa área, o que vem ocasionando inúmeros problemas socioambientais devido à falta de planejamento urbano, com ênfase na carência de políticas públicas no que concerne ao planejamento de um projeto de saneamento ambiental para essa área.

1.1 JUSTIFICATIVA

O estudo, ora proposto, se justificou pelas constatações, verificadas *in loco*, de que se necessita realizar uma análise diagnóstica de cunho quantitativo e qualitativo com o objetivo de levantar informações acerca dos possíveis problemas oriundos da falta de planejamento ambiental no que concerne a implementação de ações visando adoção de políticas pautadas no modelo de saneamento ambiental e se há, efetivamente, ações voltadas para a comunidade visando oportunizar, a todos, o acesso a serviços como: abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos e líquidos, drenagem urbana, com o intuito de proteger e melhorar as condições de vida da população. Com base nos resultados obtidos, procurar-se-á apontar possíveis soluções alicerçadas nos fundamentos do planejamento ambiental com ênfase na área de saneamento ambiental visando minimizar as possíveis deficiências detectadas na pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo mapear a área de estudo, levantar informações e construir um diagnóstico da realidade socioambiental, identificando as carências de saneamento ambiental em virtude da ocupação espontânea das Comunidades de Bela Vista I e II, próximo a APA Saubal no município de Santarém, a fim de indicar propostas de reordenamento e/ou saneamento ambiental, sob a perspectiva de uma comunidade socioeconomicamente sustentável.

1.3 MÉTODO

A pesquisa que resultou nessa dissertação de mestrado tipifica-se como um estudo de caso no marco temático do saneamento ambiental e o movimento de ocupação espontânea na Amazônia, mais especificamente, o caso das comunidades de Bela Vista e arredores, como a APA Saubal. Trata-se de uma pesquisa de campo com base nas referências teóricas e levantamento empírico nas comunidades CBV I e CBV II. Para realizá-la recorreu-se a pesquisa documental, registros fotográficos, imagens georreferenciadas produzidas por meio da utilização do software de geoprocessamento Quantum Gis e aplicação de um questionário com questões fechadas, cujas informações foram agrupadas em: pessoais, econômicas, socioculturais e infraestruturais. Tais informações foram processadas estatisticamente e posteriormente analisadas.

Entre os documentos analisados, utilizou-se do Plano Diretor do município de Santarém, a Lei de Criação do Estatuto das Cidades, nº 10.257/2001, Lei de Criação da APA, Nº 18.715/2011 e o Decreto Nº 098/SEMAD/2012, que instituiu o Conselho Gestor da APA da Serra do Saubal, e a Lei 11.445/2007, que trata das Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico.

O questionário foi aplicado às famílias residentes na Comunidade Bela Vista I, num total de 54 (cinquenta e quatro) correspondendo a uma amostra 30% da população e Comunidade Bela Vista II, num total de 29 famílias, correspondendo a 20% da população pesquisada. Além desses informantes, foi realizada entrevista com uma integrante do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA da Serra do Saubal e com o vereador Rogério Cebulsky, então presidente da Associação de Moradores do Bairro da Nova República.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A investigação, proposta nesse trabalho resultou na dissertação de mestrado organizada em sessões a seguir descritas: o capítulo 2 apresenta a evolução do saneamento urbano no Brasil sob o fulcro da história e da legislação, realçando os principais fatos que marcaram esse processo, seguido da discussão de alguns conceitos, como saneamento básico, saneamento do meio e saneamento ambiental. Discute também a relação necessária entre saneamento e urbanização, fato que

nem sempre caminham juntos no Brasil, cujas experiências situam-se em dois modelos teóricos: a teoria do êxodo rural e a teoria da segregação social.

O capítulo 3 trata da caracterização do fenômeno da ocupação e urbanização da Amazônia e suas particularidades. Nesta região encontram-se cidades de médio e pequeno portes, que assim como nas metrópoles impulsionam o crescimento, mas ainda persistem graves mazelas sociais como o desemprego e a pobreza, fruto de um processo de ocupação e urbanização que não se preocupou com o desenvolvimento social local .

No capítulo 4 são apresentados os resultados da pesquisa de campo em que se configura processo de ocupação espontânea da área próxima à APA Saubal em Santarém/Pará, mais precisamente, nas comunidades de Bela Vista I e II. A pesquisa confirmou a teoria da segregação social explicado por Silva (2007), contextualizando seu local e suas particularidades, caracterizando-a como comunidade carente de saneamento e de infraestrutura básica para chegar a uma qualidade satisfatória de vida. O capítulo 5 apresenta sugestões que poderão ser incorporadas a um Plano de Desenvolvimento de Saneamento Ambiental para as referidas comunidades, tecendo algumas considerações conclusivas sobre o tema.

2 O SANEAMENTO URBANO NO BRASIL

A origem de políticas de saneamento no Brasil remonta à época do Brasil colônia, quando são constatadas que ações de saneamento eram feitas de forma individual, resumindo-se à drenagem de terrenos e instalação de chafarizes. O primeiro indício de saneamento no Brasil ocorreu em 1561, quando Estácio de Sá mandou escavar no Rio de Janeiro o primeiro poço para abastecer a cidade. Entre os anos de 1673 e 1723 foi construído o primeiro aqueduto do Brasil, que transportava águas do rio Carioca em direção ao Chafariz, atualmente o aqueduto é conhecido como os Arcos da Lapa. (AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A)

Ainda segundo a AEGEA, entre os anos de 1857 e 1877 foi construído o primeiro sistema de abastecimento de água encanada de São Paulo, uma parceria do Estado com a empresa inglesa do engenheiro Achilles Martin D`Estudens. Até o final do século XIX as ações de saneamento estavam sob a responsabilidade de empresas estrangeiras.

Somente a partir do início do século XX que o governo brasileiro estatizou os serviços de saneamento. Uma política que se destacou no que concerne ao saneamento básico no Brasil deste período foi a criação do Serviço Especial de Saúde (SESP) em 1940, que hoje se denomina Fundação Nacional da Saúde (FUNASA). Uma grande contribuição do SESP para a questão do saneamento básico do Brasil foi a elaboração do “Manual para Guardas Sanitários” publicado em 1947. Foi reproduzido diversas vezes e enriquecido pelas experiências e pela as pesquisa de campo realizada pelo SESP. Em 1961, com base nesse manual foi editado o “Manual de Saneamento”, tendo sua elaboração contada com a participação do engenheiro sanitário Szachna Eliaz Cynamon, profissional que muito contribuiu para a promoção das ações de saneamento no Brasil.

De acordo com Fioroti (2008) em 1971 foi criado o Plano Nacional de Saneamento - PLANASA que tinha como objetivo definir fontes de financiamento e melhorar a situação do saneamento no país. O PLANASA atuava basicamente no abastecimento de água e esgotamento sanitário utilizando recursos do FGTS e era gerido pelo BNH - Banco Nacional de Habitação. Foi responsável pela criação de companhias estaduais de saneamento (água e esgoto), que eram empresas

públicas com controle acionário do estado que passaram a dominar o “mercado” de saneamento no país. O PLANASA foi uma das políticas sociais de maior destaque deste período. O registro do crescimento relevantes dos investimentos, do equacionamento em âmbito nacional do problema, o investimento em recursos humanos, o alcance dos objetivos de fornecimento de água tratada, ou seja, os exemplos do bom desempenho do plano já se constituem como tópicos consensuais nas publicações sobre o tema (COSTA 1998; FAGNANI 1999 apud ZIONI 2005, p. 47).

A partir da década de 1990, com a crise política e econômica do país, o PLANASA foi extinto em 1992 e o governo de Fernando Henrique Cardoso começa a política de privatização do setor de saneamento criando o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS, seguindo regimento as diretrizes do FMI, BIRD e Banco Mundial. Porém, muito se discutiu, mas pouco se fez a esse respeito conforme Mota (2010).

Somente a partir de 2003, com o governo do presidente Lula foram retomados os investimentos nos serviços de saneamento para as empresas públicas e prefeituras municipais. Com a criação do ministério das cidades neste mesmo ano, foi instituída a Secretaria Ambiental, sendo esta a responsável pela formulação e articulação dessa política no conjunto do Governo Federal.

Mota (2010) relata que em 2007, foi criada a Lei 11.445/07, a qual representa um desfecho de um longo processo de discussão em torno da elaboração de uma lei geral para o setor de saneamento básico. Entre os principais dilemas decorrentes da ausência de regras encontrava-se a incerteza sobre a titularidade dos serviços de saneamento básico e a competência para o seu planejamento, regulação, prestação e fiscalização.

2.1 O SANEAMENTO BÁSICO A LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 já se percebe a preocupação com a questão ambiental no que concerne à temática saneamento básico.

A base constitucional para a União legislar sobre saneamento básico está no inciso XX do art. 21 da Constituição Federal de 1988:

Art. 21. Compete à União:

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

A Constituição refere-se ao saneamento básico também no art. 23, inciso IX:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

2.1.1 Lei 10.257/2001: Estatuto das Cidades

A Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 ou Estatuto das Cidades também versa sobre a necessidade de realizar ações de saneamento básico/ambiental em seu artigo 2º, inciso I:

I – **garantia do direito a cidades sustentáveis**, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

2.1.2 Lei 11.445/07: Principais contribuições para o Saneamento Básico do Brasil

Alochio (2011) ressalta que a Lei 11.445/2007 traz regras gerais sobre todos os serviços de saneamento e faz referência a 12 princípios gerais:

I - Universalização do acesso;

II - integralidade;

III - Serviços realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais;

V - atenção às peculiaridades locais e regionais;

VI- articulação com as demais políticas de desenvolvimento urbano e regional etc.. para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas à capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infraestruturas com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Em 22/02/2007 entrou oficialmente em vigor a Lei nº. 11.445/2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil. Após longo período de debates, a Lei veio regular um setor que, apesar da indiscutível relevância, permanecia sem regulação específica. Em seu Art. 1º a Lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Ao estabelecer diretrizes para a Política Federal de Saneamento Básico, a Lei nº 11.445/07 orienta a atuação dos órgãos do Poder Executivo Federal no setor, o que resultará na redução do nível de incerteza e de conflitos nas relações entre entidades federais, como o Ministério das Cidades, e entidades estaduais e municipais.

Pereira Jr (2008) demonstra ficar claro que a competência da União, nesse campo, limita-se ao estabelecimento de diretrizes apenas, não tendo ela qualquer atribuição para o exercício de atividades executivas e operacionais do setor de saneamento. Apesar de explicitar o tema saneamento básico, em nenhum momento a Constituição explicita a titularidade dos serviços a ela relacionados. Isto decorre da forma como evoluíram as instituições prestadoras de serviços públicos de água e esgotos no Brasil, até o final da década de 1960. Ou seja, os serviços públicos de abastecimento de água e de coleta de esgotos eram prestados diretamente pelos municípios, por meio de departamentos ou serviços municipais de água e esgotos (SAEs ou DAEs). Vale lembrar o importante trabalho de apoio técnico e organizacional prestado a municípios de várias regiões do País pela antiga Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública – FSESP (atual Fundação Nacional de Saúde – FUNASA - do Ministério da Saúde).

Ainda conforme Pereira Jr (2008) a fixação apenas de diretrizes gerais resulta do fato de não serem de competência da União o exercício de atividades executivas e operacionais do setor de saneamento. Como a distribuição de competências entre

os entes da Federação é matéria constitucional, a Lei nº 11.445/2007 não pode dirimir as dúvidas remanescentes sobre a questão da titularidade dos serviços de saneamento básico. A referida Lei foi concebida de forma a abrigar todas as formas legalmente possíveis de organização institucional dos serviços de saneamento básico, coerente com as múltiplas realidades sociais, ambientais e econômicas do Brasil. Resumidamente, ela:

- define saneamento básico como o conjunto de quatro serviços públicos: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; drenagem urbana; e manejo de resíduos sólidos urbanos (coleta e disposição final do lixo urbano);

- estabelece que o saneamento básico deve ser objeto de planejamento integrado, para cuja elaboração o titular pode receber cooperação de outros entes da Federação e mesmo de prestadores dos serviços;

- estabelece diretrizes para a prestação regionalizada de serviços de saneamento, quando uma mesma entidade presta serviço a dois ou mais municípios, contíguos ou não, a qual deve ter regulação e fiscalização unificadas;

- estabelece regras para o relacionamento entre titulares e prestadores de serviços, sempre por meio de contratos, incluindo a reversão de serviços e de bens a eles vinculados, quando do término de contratos de delegação (concessão ou contrato-programa);

- estabelece regras para o relacionamento entre prestadores de atividades complementares do mesmo serviço – exige a formalização de contratos entre prestadores de etapas interdependentes do mesmo serviço;

- fornece diretrizes gerais para a regulação dos serviços, a qual deve ser exercida por entidades com autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira; a regulação e a fiscalização dos serviços podem ser exercidas diretamente pelo titular, ou podem ser delegadas a entidade estadual, de outro município ou de consórcio de municípios;

Sobre este item, Mota (2010) enfatiza ainda a obrigatoriedade da celebração de contrato no que tange à prestação de serviços quando for feita por entidade não integrante da Administração Pública do titular dos serviços (art. 10, *caput*). É importante atentar para o aspecto da exigência do contrato ser tão somente quando se delega para Entidade da Administração de outro ente federado, como por exemplo, de Município para Companhia Estadual de Saneamento Básico. A regra é

salutar, pois permite maior clareza quanto a situações de titularidade sobre os serviços de saneamento básico.

- relaciona os direitos e obrigações mínimas de usuários e prestadores dos serviços;

- fixa as diretrizes básicas para a cobrança pela prestação dos serviços de saneamento básico, incluindo as condições e situações em que estes podem ser interrompidos.

Ao estabelecer diretrizes para a Política Federal de Saneamento Básico, a Lei nº 11.445/07 orienta a atuação dos órgãos do Poder Executivo Federal no setor, o que resultará na redução do nível de incerteza e de conflitos nas relações entre entidades federais, como o Ministério das Cidades, e entidades estaduais e municipais. Outro ponto importante é que a Lei 11.445/2007 reconhece a necessidade dos serviços de saneamento terem sustentabilidade econômica, em seu Art. 29: “Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços”. Para Alochio (2011), um ponto fundamental da Lei 11.445/2007 é que prioriza o planejamento: “é pródiga a noção de planejamento, não são poucas as referências aos planos e ao planejamento”, ressaltando ainda que o planejamento é condição *sine qua non* para o funcionamento de ambientes complexos.

2.1.3 Decreto nº 7.217/2010 – Regulamentação da Lei 11.445/2007

O Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010, em seu artigo 1º estabelece normas para execução da lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Alochio (2011) faz uma análise de seus artigos e incisos destacando alguns pontos fundamentais. Dentre tantos pontos relevantes, este decreto, segundo Alochio (2011) tem sua importância por estabelecer prazos para que os entes federados organizem seus planejamentos sobre o saneamento básico, conforme art. 34, § 6º: A partir do exercício financeiro de 2014 a existência de um plano de saneamento básico é condição para o acesso aos recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgãos ou Entidades da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

É oportuno salientar que no art. 36 é assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais, o conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; e I - acesso: a) a informações sobre os serviços prestados; b) ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação; e c) ao relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços. Já o art. 53 versa sobre a Política Federal de Saneamento Básico como sendo um conjunto de planos, programas, projetos e ações promovidas por órgãos e entidades federais, isoladamente ou em cooperação com outros entes da Federação, ou com particulares, tendo como alguns objetivos:

- priorizar a implantação e a ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

- proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

- assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo Poder Público se dê segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

- incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

- promover alternativas de gestão que viabilizem a autossustentação econômico-financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa;

- promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contempladas as especificidades locais;

- fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico; e,

- minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio

ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde. Por fim, é importante frisar que, tanto a Lei 11.445/2007 quanto o Decreto 7.217/2010 referem à necessidade da gestão democrática no planejamento de políticas voltadas para o saneamento básico.

2.2 SANEAMENTO: DISCUTINDO CONCEITOS

Saneamento Básico, Saneamento ambiental, saneamento do Meio, enfim, muitos são os termos que complementam a palavra saneamento para designar políticas de ações que visam à realização de ações sanitárias para prevenção e controle de níveis de contaminação por diversos vetores em ambientes habitados urbanos e rurais visando a preservação ambiental e promoção de ambientes saudáveis para a população em geral. Mas, qual o termo mais adequado para ser utilizado? São sinônimos? Existe diferença entre eles? Buscando elucidar tais indagações faz-se necessário realizar uma abordagem sobre os conceitos e definições dessas expressões, bem como sua aplicabilidade na atualidade no que concerne as questões de saneamento em geral.

2.2.1 Saneamento

Para Aith (2010) a noção de saneamento está geralmente associada ao conjunto de medidas que “tornam um ambiente sadio, limpo, habitável, oferecendo condições adequadas de vida para uma população e para a agricultura”. De acordo com o dicionário online Michaelis (2015, p. 1), o termo saneamento significa: “sm (sanear+mento) 1 Ação ou efeito de sanear. 2 Aplicação de medidas para melhorar as condições higiênicas de um local ou de uma região, especialmente pela drenagem, tornando-os próprios para serem habitados. 3 Reparação”. Já o dicionário inFormal online (2015, p. 1) destaca para saneamento: “Curar, recuperar, tornar limpo, retornar ao estado original, sanar, higienizar, tornar saudável”. Também apresenta a definição clássica: “É o conjunto de medidas visando a preservar ou a modificar as condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir doenças e promover saúde”.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem

exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social. De outra forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar Salubridade Ambiental.

Cavinatto (2003) explicita que saneamento significa higiene e limpeza e uma das principais atividades deste setor está ligada a coleta e ao tratamento de resíduos produzidos pelas pessoas, como esgoto e lixo, tornando-os inofensivos a saúde. Mota (2010) enfatiza que o saneamento também pode ser entendido como o conjunto de medidas que tem por objetivo preservar ou modificar as condições do ambiente, com a finalidade de promover condições ambientais adequadas à população. Em geral, as atividades de saneamento têm como finalidades o controle e a prevenção de doenças, a melhoria da qualidade de vida da população, a melhoria da produtividade do indivíduo e a facilitação da atividade econômica.

2.2.2 Saneamento Básico, Saneamento do Meio e Saneamento Ambiental – Existe diferença?

Desde a antiguidade o ser humano de forma intuitiva aprendeu que a água suja, o lixo e outros resíduos podiam transmitir doenças, afirma Cavinatto (2003). Portanto, evitar a disseminação de doenças veiculadas por detritos na forma de esgoto e lixo é uma das principais tarefas do saneamento básico. Diversas são as definições sobre saneamento básico. A Lei federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, definiu claramente o termo saneamento básico em seu artigo 3º, I: Saneamento básico: conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

- a) Abastecimento de água potável;
- b) Esgotamento sanitário;
- c) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- d) Drenagem e manejo de águas pluviais e urbanas;

O Ministério das Cidades trata como sinônimos os termos saneamento básico/saneamento ambiental o qual envolve o conjunto de ações técnicas e socioeconômicas, entendidas fundamentalmente como de saúde pública, tendo por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, e tendo por finalidade

promover e melhorar as condições de vida urbana e rural. Fioroti (2008) ao se reportar ao tema Saneamento Ambiental utiliza com veemência este conceito.

Pereira Jr. (2008) entende que os serviços de saneamento básico envolvem principalmente o abastecimento público urbano de água potável o esgotamento sanitário – ou serviços de esgotos sanitários, assim como Moreira (2002) que considera como saneamento básico o abastecimento de água tratada e o esgotamento sanitário, entendido este último como a coleta de esgoto e seu tratamento, enfatizando que a responsabilidade pela prestação destes serviços sempre se situou na esfera municipal - mesmo antes da Constituição Federal de 1988, que reafirmou tal competência.

Aith (2010) esclarece uma sutil diferença entre saneamento básico e saneamento ambiental, uma vez que o saneamento básico refere-se ao conjunto de medidas que tem por objetivo preservar ou modificar as condições do ambiente com a finalidade de promover condições ambientais adequadas à população, como os serviços de abastecimento de água, coleta de lixo. Já o Saneamento ambiental engloba tanto as ações tradicionalmente denominadas de saneamento básico quanto outras ações que abrangem também o controle de animais e insetos, saneamento de alimentos, escolas, locais de trabalho, espaços de lazer, habitações e outros espaços públicos em geral. Para este autor, o saneamento ambiental mostra-se elemento estratégico para a garantia do direito a saúde da população brasileira.

Aquino (2014) ressalta que as ações de saneamento chamadas de básicas, compreendem o abastecimento de água, acesso a rede coletora e tratamento de esgoto, acesso a coleta e destinação de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais. Já o Saneamento ambiental é o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar a Salubridade Ambiental, ou seja, um ambiente capaz de prevenir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de promover condições favoráveis à saúde da população urbana e rural.

Enquanto o saneamento básico se preocupa mais com a questão do acesso ao serviço, o saneamento ambiental tem uma aplicação um pouco mais ampla, além do acesso aos serviços de saneamento, incluem as questões ambientais e de preservação ambiental, tais como: Qualidade do ar, qualidade da água, qualidade do

solo, destinação dos resíduos sólidos, impactos ambientais e educação ambiental, esclarece Aquino (2014).

Além dos termos saneamento básico e Saneamento Ambiental, outro conceito vem aprimorar ou atualizar os termos em questão: trata-se da expressão bastante presente na literatura atual que é o Saneamento do Meio, que para a Organização Mundial da Saúde (OMS), “é a ciência e arte de promover, proteger, recuperar a saúde por meio de medidas de alcance coletivo e de motivação da população”. Representa o controle de todos os fatores do meio ambiente humano que exercem ou podem exercer efeito nocivo sobre o bem estar físico, mental e social do homem, devendo constituir a primeira ação da Saúde Pública.

Um exemplo dessa aplicação se destaca em Carvalho e Oliveira (2003) que consideram o saneamento ambiental como parte do saneamento do meio voltada especificamente para os serviços de abastecimento de água; disposição de esgotos sanitários; acondicionamento, coleta, transporte e destinação do lixo (atualmente mais correto denominar de resíduos sólidos). Destacam ainda que o objetivo dos serviços de saneamento básico é controlar os fatores que afetam o ambiente físico. O saneamento do meio é uma das formas de contribuir para a manutenção do equilíbrio da natureza e, portanto, para a própria sobrevivência do *ser humano* e de todos os recursos e elementos indispensáveis à vida humana. (CARVALHO E OLIVEIRA, 2003 p. 19).

Philippi Jr e Malheiros (2005) reforçam o conceito de saneamento básico como sinônimo de Saneamento do Meio, como sendo o conjunto de sistemas de abastecimento d'água, o sistema de águas residuárias, o sistema de limpeza urbana e o sistema de drenagem urbana, entretanto esclarecem que o saneamento do meio vai além desses conjuntos de sistemas, pois necessita de um enfoque diferenciado. As ações de saneamento do meio necessitam de um enfoque diferenciado conforme o local de desenvolvimento do projeto, de modo que considerem e respeitem as características locais culturais, sociais, ambientais e econômicas (PHILIPPI JR e MALHEIROS, 2005, p. 22). Para esses autores, as ações de saneamento do meio estão inter-relacionadas, de forma que a implantação parcial de algumas atividades poderá comprometer a eficiência de outras, ou seja, deve-se atuar de forma integrada.

Por fim, todos os conceitos e definições citados acima são relevantes ao discutir sobre o saneamento e suas várias aplicabilidades. Observa-se, porém, que ocorreu uma evolução no uso das terminologias supracitadas, tornando mais adequadas, por serem mais abrangentes, completas. Portanto, na atualidade, utiliza-se com maior ênfase os termos saneamento do meio ou saneamento ambiental ao se referir as ações ditas como saneamento básico.

2.3 SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO – UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA TAMBÉM NO BRASIL

De acordo com Philippi Jr e Malheiros (2005) as modificações ambientais decorrentes do processo antrópico de ocupação dos espaços e de urbanização, que ocorrem em escala global, especialmente aquelas que vem acontecendo desde os séculos XIX e XX, impõem taxas incompatíveis com a capacidade suporte dos ecossistemas naturais no mundo e no Brasil. Sabá (2012) revela que o fenômeno da urbanização no Brasil é consequência de fatores antigos, pois com a crise do sistema colonial houve uma mudança na economia que favoreceu o mercado urbano, assim grande parte da mão de obra utilizada no campo, mudou-se para a cidade desordenadamente. Mas com o acúmulo crescente de habitantes, elas se tornam grandes áreas de risco, com altos índices de miséria, desigualdades, desemprego, violência e outros problemas, principalmente nas metrópoles.

A urbanização, então, acaba criando grandes problemas. Santos (1988 apud SABÁ, 2012, p. 01) ressalta que, por um lado, há a hipótese de que a urbanização é necessária para o processo do crescimento nacional pelas economias de aglomeração e escala que cria, pelas oportunidades de emprego e melhoramento de posição social que oferece e, finalmente, por seu clima favorável à elaboração de ideologias progressistas. Por outro lado, porém, acusa-se a urbanização de agravar desequilíbrios sócio-econômicos e disparidades regionais, de gerar subemprego, degradação da habitação e definição de serviços essenciais. Esse processo de urbanização desenfreada está diretamente ligado com os problemas ainda existentes na distribuição de saneamento básico, pois o Estado não possuía o preparo suficiente para receber esse aumento da população, deixando-a em ocupações irregulares, sem qualidade de vida.

No caso do Brasil, diante do crescimento habitacional, o poder público passa a oferecer serviços básicos para a população já em 1877, quando o Brasil começou a operacionalizar o sistema de abastecimento de água. São Paulo foi o precursor em 1877, seguida de outras cidades como Porto Alegre e Rio de Janeiro como pioneira na inauguração de uma Estação de Tratamento de Água com seis Filtros Rápidos de Pressão Ar/Água.

Entretanto, no início do século XX, algumas mudanças começaram a surgir devido à insatisfação da população. Diante desse contexto de cobranças por parte da população, foram criados o sistema de escoamento da água suja e vacinas para solucionar as epidemias que assolavam o país; em 1912 o país adota o sistema separador que obrigava a construção de sistema de esgoto, tornando a drenagem como processo obrigatório nos projetos de urbanização; com isso, em 1930, todas as capitais já possuíam sistemas de distribuição de água e coleta de esgoto.

Infelizmente, a política de Saneamento Básico do País não conseguiu acompanhar o acelerado ritmo de crescimento urbano, assim, o impacto da falta do saneamento básico sobre a saúde no meio urbano vem se tornando cada vez mais frequente, principalmente nas comunidades mais carentes. Com o aumento desenfreado da população, estas comunidades ficaram mais susceptíveis a riscos ambientais, tais como: as ruas que muitas vezes servem para defecação de animais, os terrenos baldios, os esgotos a céu aberto, dentre outros. Sendo assim, pessoas expostas a esses riscos estão mais propensas a introduzir nas suas moradias – domínio doméstico – agentes infecciosos adquiridos no domínio público. A falta de hábitos higiênicos, provocada pela pobreza e as más condições em suas instalações hidrosanitárias, facilita em muitos casos a transmissão de doenças infecciosas.

O que se percebe é que a expansão urbana sem o devido planejamento torna o problema da falta de saneamento básico/ambiental ainda mais complexo, ocorrendo a ocupação de áreas sem infraestrutura adequada para a moradia. Segundo Cavinatto (2003) a construção de infraestrutura de saneamento básico não acompanha o ritmo de crescimento das áreas urbanas, os governos, alegando elevados gastos para implantação desse serviço, não conseguem estruturar a cidade de acordo com o ritmo de crescimento populacional impactando diretamente na falta de qualidade de vida para as pessoas que residem em áreas de ocupação espontânea. O autor (2003, p. 40) afirma que mesmo assim, a construção de

infraestrutura de saneamento básico para servir a população com água potável ou recolhimento de lixo e esgoto nunca acompanhou o ritmo de crescimento das áreas urbanas. Em consequência, o quadro de meio ambiente e de saúde pública no Brasil ainda apresenta sérios problemas.

Carvalho e Oliveira (2003) enfatizam que a proliferação de favelas, cortiços e habitações subnormais, a exiguidade de espaço, a falta de saneamento básico, a promiscuidade e a total ausência de conforto, contribuem para o desenvolvimento de doenças físicas e mentais nos membros de uma comunidade. Ainda ressaltam que tais problemas derivam de desigualdades socioeconômicas que atingem diversos segmentos da população. Sua solução, portanto, está essencialmente ligada à melhoria das condições de vida desses setores. Cabe, portanto, ao poder público oferecer os serviços de saneamento básico as áreas em crescente processo de urbanização.

Entretanto, infelizmente, a situação do saneamento básico, tanto na zona urbana como na zona rural, continua precária para a população de baixa renda, isso por que o sistema não acompanhou o crescimento populacional acarretando, até hoje, doenças transmitidas por água e alimentos contaminados, atingindo principalmente as crianças. Num país emergente como o Brasil, um assunto tão sério parece não ter muita importância já que, segundo o IBGE, existem 100 milhões de brasileiros sem saneamento básico; isso quer dizer, lençóis freáticos contaminados, fontes e rios inapropriados para consumo e lazer, além de uma degradação desmedida da natureza.

2.4 URBANIZAÇÃO DO BRASIL: UM PROCESSO COMPLEXO

Silva (2007) esclarece que o processo de urbanização no Brasil inicia-se na década de 50 do século XX com o aumento da população e o desenvolvimento do espaço urbano. A população do campo muda para a cidade atrás de melhores condições de vida, surgindo então uma correlação imediata entre emprego e metropolização. Tal fato ocorre devido ao desenvolvimento industrial do Brasil, a partir da segunda metade do século XX, em decorrência do enfraquecimento da economia colonial e o surgimento de uma economia de mercado.

A Urbanização brasileira está, então, vinculada ao processo de industrialização. A criação de uma empresa, fábrica, principalmente de grande porte,

tende a atrair para a região onde se instalou um grande número de pessoas. Ela gera empregos diretos e indiretos fazendo com que novos imóveis e prestadores de serviços se instalem em seus arredores. Mascarenhas (2008) revela que na década de 1960, as atividades industriais, comerciais e de serviços, associadas à modernização da agricultura e a consequente expulsão do homem do campo, tornaram os centros urbanos mais atrativos a novos residentes, gerando um grande fluxo migratório, provocando um aumento considerável da sua população e influenciando a formação de cidades.

A questão urbana no Brasil, nesse contexto, definida como um complexo conjunto de demandas políticas e sociais de caráter urbano, conforme Schmidt e Farret (1986) foi se constituindo nas entranhas do processo de urbanização, extremamente acelerado e concentrador de populações nas cidades. Os problemas urbanos, marcados, sobretudo, pelo aumento no número de favelas, passaram então a ser encarados como um fato preocupante e não mais como um estágio necessário ao crescimento econômico.

Como se percebe, o processo de urbanização do Brasil infelizmente, na sua grande maioria, não foi acompanhado de uma política de urbanismo, que se preocupa com as formas de apresentação do espaço urbano e procura caminhos para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através de diversas transformações que pode oferecer a um determinado espaço. Vale ressaltar, conforme assertiva de Saboya (2008) que o urbanismo nasceu como uma reação aos problemas trazidos pela Revolução Industrial. Após A intensa industrialização, as cidades sofreram um enorme crescimento populacional ocasionado principalmente pelo êxodo dos trabalhadores rurais em direção as cidades, em busca de empregos e melhores condições de vida. Isso ocasionou uma grande deterioração da qualidade de vida, mormente por fatores ligados aos aspectos físico-ambientais tais como: sujeira, lixo, doenças, esgoto, densidades excessivas, etc., que por sua vez ocasionou o surgimento de um novo campo disciplinar, o urbanismo.

Dessa forma, Silva (2007) afirma que o processo de urbanização do Brasil tem seus altos e baixos, ele veio para melhorar a qualidade de vida da população e diminuir as distâncias, mas acabou tornando-se uma questão complexa, pois trouxe grandes problemas, que cada vez aumentam mais e tornam-se difíceis de ser

solucionados: um deles é a desigualdade social que gera a segregação espacial no bojo da sociedade brasileira.

2.4.1 Segregação espacial: uma realidade nas cidades brasileiras

No Brasil, o processo de urbanização extremamente acelerado e desordenado gera, além de degradação, desigualdades sociais. Cerca de 81% da população brasileira vive em cidades, mas grande parte dela sem contar com qualquer infraestrutura básica, como habitação, água potável e saneamento. Observou-se ainda, ao longo das últimas décadas, que a cidade informal cresce em taxas mais elevadas que a formal afirmam Menegat e Almeida (2004).

Ao discutir sobre o processo de urbanização elaborado ao longo dos anos no Brasil, Silva (2007) constata que ocorreu um processo de segregação, levando uma quantidade cada vez maior de famílias a deixar as áreas mais centrais da cidade e se dirigirem à periferia. Esta, desprovida de uma infraestrutura adequada e distante da vida produtiva da cidade, faz com que a vida destas se torne muito difícil. Essa situação se mantém porque permite lucros sempre crescentes a um pequeno grupo: representantes do Estado, empresários, construtoras, loteadoras, imobiliários e demais participantes deste mercado, intensificando seus ganhos e aumentando a concentração de renda, de forma que seja impossível uma reviravolta.

Políticas criadas pelo Estado só minimizam essa situação, dando aos moradores uma falsa sensação de posse. Acreditam que, mesmo tendo dificuldades, agora possuem um terreno e uma casa, mesmo que sejam distantes dos serviços básicos. Parece que é de interesse do governo retirar tais pessoas do cenário político, diminuindo suas reivindicações, para poder assim, se concentrar em outros setores. Os bairros pobres são vistos hoje como uma bomba pronta a explodir. Os níveis de criminalidade estão cada vez maiores e a qualidade de vida cada vez pior. Eles necessitam de uma atenção especial do Estado com programas emergenciais que busquem minimizar os problemas mais graves, e propor a elaboração de projetos que permitam uma solução viável a essas regiões. As desigualdades não podem mais ser ignoradas, não se pode mais governar forjando uma unanimidade, o acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O

espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira (CARLOS, 2008, p. 83).

Silva (2007) aponta que a segregação no Brasil está diretamente relacionada às condições econômicas. Com o crescimento da população e a falta de planejamento das cidades evidencia-se tanto a segregação espacial: surgimento de diferentes tipos de bairros e moradias de acordo com o poder aquisitivo, como a segregação social: distâncias de condições no que diz respeito ao acesso, elaboração e execução de políticas públicas. A primeira está relacionada a valorização excessiva dos imóveis que dispõem de serviços básicos como asfalto, saneamento básico e transporte, além, ainda, da construção de conjuntos habitacionais na periferia. A segunda diz respeito a dificuldade que alguns grupos têm de conseguir ter acesso a serviços de melhor qualidade como escolas, médicos, emprego, cultura e lazer.

Outro autor que aborda essa questão é Villaça (2011) o qual destaca os efeitos de uma “urbanização selvagem”, traduzida, inicialmente, na falta de acesso ao saneamento – que, em cadeia, potencializa riscos à saúde –, e em falta de acesso à moradia, manifesta em condições de irregularidade, clandestinidade e precariedade, potencializando o crescimento da pobreza, a degradação ambiental e a vulnerabilidade urbana (RAMALHO, 1999), enfim, o “crescimento com exclusão social”, traduz-se no que Maricato (2000) denominou “tragédia urbana brasileira”.

2.4.2 Caracterização do fenômeno da ocupação e urbanização da Amazônia

A urbanização da Amazônia faz parte da estratégia para promover o processo de ocupação da região, direcionada pelo Estado, principalmente a partir da década de 60 do século XX. Sendo assim, o processo de ocupação pautado na urbanização da Amazônia difere das outras regiões do país, devido a mesma possuir particularidades e especificidades regionais peculiares a sua condição de “fronteira” intitulada por inúmeros autores, entre os quais Becker (1994) de “fronteira de recursos”, sendo um espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório, no bojo do espaço brasileiro. A fronteira, segundo Becker (1994), tem um tempo diferente do resto do território nacional, mais acelerado, nela se sucedendo rapidamente as inovações. Mesmo tendo ocorrido concomitantemente a partir da década de 60 do século XX, a ocupação e urbanização da Amazônia serão abordados

separadamente para uma melhor compreensão de todo esse processo desencadeado na região amazônica.

2.4.2.1 A Ocupação da Amazônia

Na Amazônia, o processo de ocupação desencadeou-se sempre com fluxos e refluxos, isto é, com períodos de expansão e estagnação, os quais refletiam interesses externos a ela desde a época do Brasil colônia. O primeiro foi o surto devassador da colheita das “drogas do sertão”, utilizadas como condimentos e na farmácia europeia, causando a destruição de grande parte da floresta tropical de várzea ocorrido ainda no período colonial. Outro período de fluxo significativo ocorreu no final do século XIX e início do século XX, com o “ciclo da borracha”, visando atender a demanda da industrialização dos Estados Unidos e Europa. A partir da década de 20, iniciam-se as frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas, vindas principalmente da região nordeste, caracterizando-se outro fluxo de ocupação.

Corrêa Filho (1994, p. 185) destaca essa fase da ocupação da Amazônia da seguinte forma: E assim, o devassamento da Amazônia, acompanhado da ocupação, bem que ainda rarefeita, progrediu por fases sucessivas em que o elemento forasteiro dominou politicamente de chegada, para ser todavia suplantado em outras formas de atividade humana, pelos nativos de quem adotou uso e costumes, tradições e processos industriais, ideias e sentimentos e até as particularidades do seu linguajar, com que se enriqueceu o vocábulo vernáculo.

A partir da década de 1960, o Estado começa a controlar a ocupação da região amazônica, visando atender e defender os interesses do grande capital nacional e multinacional, pois para Castro (1992), era preciso redefinir o papel da Amazônia na divisão internacional do trabalho como fornecedora de matéria - prima e espaço de reprodução da força de trabalho retendo os fluxos populacionais que crescentemente se dirigiam para grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro.

Assim, começa um novo e ordenado devassamento da região, para atender às exigências do capitalismo mundial e, conseqüentemente, à inserção na nova ordem planetária, moldada pelo vetor científico-tecnológico moderno, imbricado nas estruturas sociais do poder, onde segundo Becker (1994, p. 12): O marco do novo

padrão é a meta da produção de tecnologia, com consequências aparentemente contraditórias que rebatem na fronteira. Primeiro para manter e expandir o processo industrial e reduzir seus laços de dependência, o Estado se associa a corporações transnacionais, num processo de nacionalização/transnacionalização; segundo esse estilo de desenvolvimento adotado pelo governo em conjunto com firmas e bancos internacionais e locais – o modelo tripé – se faz com quase total exclusão em termos econômicos e políticos.

A apropriação de recursos pelo Estado e por empresas nacionais e multinacionais foi uma tônica nesse processo de ocupação, revela Castro (1992). Com o intuito de promover a melhor apropriação possível da Amazônia, o Governo Federal criou uma estratégia que tinha como fundamento o estabelecimento de uma malha de controle técnico, político e social sobre o espaço pré-existente. Essa malha tinha como instrumento de viabilização a implantação de redes de integração espacial, superposição de territórios federais sobre os estaduais, subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios, de acordo com Becker (1994). Portanto, a Amazônia por ser uma grande área “despovoada” e possuidora de um grande território e inúmeras riquezas, assume um grande valor estratégico para o Estado, por não possuir organizações regionais fortes que seriam capazes de resistir à nova apropriação. Sendo assim, é um espaço onde se torna possível exercer o monopólio dos meios de produção, em que o Estado, então, passa a estruturá-lo e controlá-lo visando a sua integração ao espaço capitalista nacional e global.

Rocha (2001), no que se refere ao controle técnico-político, reforça que era uma malha de duplo controle, a qual trouxe sérias consequências como, por exemplo, perda por parte dos Estados de parcelas significativas de seus territórios, os quais se tornaram territórios federais, além das redes de rodovias e de telecomunicações que intensificaram a integração da Amazônia com o Centro-Sul do país, o que levou a ocupação e ao povoamento uma mudança de direcionamento, não mais às margens dos rios e sim, para as margens das rodovias.

Essa malha de controle sociopolítico na “fronteira” – aqui considerada por Becker (1994) como sendo um espaço gerador de novas realidades e com elevado potencial político, dependente da capacidade de intervenção de cada segmento social, é construída pelo espaço vivido dos grupos sociais que, concretamente, se instalam na região, definindo também novos territórios, pois, para Becker (1994) a

“fronteira” é considerada uma “válvula de escape” para as tensões sociais e demográficas produzidas pela expansão capitalista nas áreas mais povoadas do país e, o Estado intervém para viabilizar o processo de ocupação dessas novas áreas. Entretanto, ao se instalarem concretamente em determinadas áreas da região amazônica, os grupos sociais começam a se organizar e, dependendo de seu potencial político-social, a malha vivida se institucionaliza e dará origem a novas unidades da Federação como núcleos urbanos, distritos e municípios.

Portanto, a estratégia para promover a ocupação da Amazônia gerenciada pelo Estado ocorreu com a ocupação de áreas estratégicas através de inúmeros programas e projetos de distribuição de terras adotadas pelo Estado, tais como: o Programa de Integração Nacional - PIN, Projeto Integrado de Colonização - PIC, Projeto de Assentamento - PA e Projeto de Assentamento Rápido – PAR, com a finalidade de controlar o excedente demográfico das regiões Nordeste e Centro-Sul e assim criar oferta de mão-de-obra na região. Porém, de uma ocupação garantida e incentivada pelo Governo Federal, na década de 60, iniciou-se, a partir dos anos 70, uma ocupação fortemente induzida pelo Estado e com ritmo acelerado, através da política de incentivos fiscais e creditícios adotada pelo Governo viabilizando a instalação de grandes projetos econômicos na região, que pudesse inserir a “fronteira” dentro do processo de expansão do capitalismo que se desenvolvia no Centro-Sul do país e no mundo.

2.4.2.2 Particularidades do Desenvolvimento Urbano na Amazônia

Na Amazônia, a urbanização ocorreu diferente das outras regiões do Brasil, ressalta Becker (1994), antes mesmo que as produções agrícola e industrial se desenvolvessem de forma efetiva, uma vez que o processo de urbanização da região era a principal estratégia governamental para promover a ocupação da “fronteira”. Assim como Becker, também Castro (1992, p. 70) mostra o interesse econômico do Estado em urbanizar a Amazônia. O planejamento estatal reconhecia a importância econômica e política da urbanização, ou seja, postulava como estratégico o papel desses núcleos em receber e ressocializar os migrantes, criando um mercado de trabalho nos inúmeros projetos econômicos que, crescentemente se instalaram na região, mas também, por tornar-se o lugar de apoio ao capital, com

serviços bancários, administrativos e de transporte, entre outros. Ferreira (2011) revela que para compreender o percurso do planejamento e desenvolvimento urbano na Amazônia é importante caracterizar a periodização da rede urbana na região. Esta é dividida por Corrêa (1987) em sete períodos, conforme apresenta a tabela 1.

TABELA1- Períodos de Desenvolvimento da Rede Urbana Amazônica (CORRÊA, 1987)

Período	Marco Característico
<i>1º Período – 1616 até 1655.</i>	A fundação da capital do Estado do Pará, Belém, em 1616, devido à expansão colonial portuguesa.
<i>2º Período – 1655 até 1750.</i>	Criação das aldeias missionárias e o extrativismo das drogas do sertão, realizado pelos Jesuítas, mediante a exploração do trabalho indígena e apoiado no sistema de aviação.
<i>3º Período – 1755 até 1778.</i>	Criação, por intermédio da ação mercantil monopolista, da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, pelo Marquês de Pombal. Abrangeu a introdução da agricultura comercial, utilizando o trabalho escravo e do colono e a transformação das aldeias e vilas, como Aveiro, Faro, Óbidos e Santarém, no Estado do Pará.
<i>4º Período- 1778 até 1850.</i>	Extinção da companhia pombalina e a estagnação econômica da região e da vida urbana.
<i>5º Período - 1850 até 1920.</i>	Marcado pelo crescimento derivado da exploração da borracha e da valorização da economia regional, com a crescente demanda externa pela borracha natural. Houve a introdução da navegação a vapor, a migração nordestina para suprir a falta de mão-de-obra e a oferta de capitais externos para o financiamento da produção.
<i>6º Período - 1920 a 1960.</i>	Caracterizado pela crise da borracha e a consequente estagnação econômica da região.
<i>7º Período- a partir de 1960.</i>	Mudança na redefinição do papel da região na divisão territorial do trabalho e sua incorporação ao processo geral de expansão capitalista do País.

Entretanto, apesar de a questão urbana da região amazônica ser datada desde a época da colonização, o que se constata é que somente a partir do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960 que o governo brasileiro planeja ações para efetivar a ocupação e urbanização desta região. Outrossim, Gentil (1985) assevera que o fenômeno da urbanização da Amazônia assume o papel organizador do mercado de trabalho, na medida em que fornece um polo prestador de serviços e empregos, constituindo-se, através do núcleo urbano, o ponto de concentração e redistribuição da força de trabalho disponível, aparentemente móvel, mas sempre localizada em torno do urbano. Além do mais, enfatiza que a cidade de uma forma genérica, possui importante função política e ideológica ao sediar os aparelhos de Estado e de oferecer serviços que participam da cooptação social da população.

Para melhor entendimento da questão do urbano na Amazônia a partir dos anos 60 do século XX, em que se destaca a intervenção do Estado, é necessário realizar uma análise geral desse processo e os motivos que o alavancaram e o efetivaram, pois, sendo a Amazônia um espaço em processo de incorporação ao espaço global, que é um espaço urbanizado, deve efetivar sua incorporação neste, através do desenvolvimento do núcleo urbano, condição-chave da ordenação do espaço territorial e social.

Portanto, é no processo de urbanização em especial, que ocorrerá de forma mais expressiva a interdependência entre o aparelho do Estado e a sociedade civil. É no processo de constituição da rede urbana amazônica, desorganizando e reorganizando o espaço regional, que fica evidente o papel do espaço urbano na integração funcional da fronteira ao espaço global do capital de acordo com a tabela 2.

TABELA 2 - A fronteira urbana e os padrões de urbanização (COSTA, 2012).

CIDADES	VÍNCULOS/VINCULAÇÃO
Urbanização Espontânea	Muito presente na Amazônia Oriental, resulta em grande parte da ação indireta do Estado na produção do espaço, quando incentiva a apropriação privada da terra por empresas, grupos econômicos ou agentes individuais. Nesse processo, surgem ou se expandem cidades que acompanham as frentes econômicas, mobilizando, igualmente, uma grande quantidade de mão de obra móvel e polivalente para estes núcleos urbanos.
Urbanização dirigida pela colonização particular	Direcionada por companhias colonizadoras, é um tipo de urbanização comandada por relações econômicas baseadas em trabalho familiar e cuja configuração territorial assemelha-se ao urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os principais agentes são colonos, funcionários das companhias, comerciantes e investidores.
Urbanização dirigida pela colonização oficial	Trata-se do modelo de urbanismo rural do INCRA e que articula um sistema de núcleos urbanos configurados em localidades centrais hierarquizadas, aproveitando a estrutura urbana pré-existente para a configuração de um sistema de cidades, que, por sua vez, está baseado em uma estrutura complexa: colonos, funcionários, comerciantes.
Urbanização dos grandes projetos	Trata-se de um processo de urbanização ligado a projetos de grande escala – os grandes projetos econômicos e de infraestrutura -, cuja dependência de uma base urbana para a sua instalação e para a residência de pessoal técnico, de trabalhadores permanentes e de atendimentos a uma massa de trabalhadores temporários, faz desses espaços verdadeiros enclaves urbanos na rede de cidades da Amazônia.
Urbanização Tradicional	Com pouca repercussão da expansão das frentes econômicas, trata-se de cidades que apresentam uma configuração com pouca alteração do padrão tradicional à beira-rio e com forte ligação a um centro regional que não prescinde do padrão dendrítico.

Para compreender a urbanização da Amazônia, como partes da estratégia de ocupação da região, a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) realizou estudos na década de 60, os quais concluíram que, ao invés de se utilizar o método clássico de desenvolvimento de regiões despovoadas, baseado na prospecção de recursos naturais e posterior assentamento da população para sua exploração, se urbanizasse primeiro a região para que a própria população realizasse as prospecções e adaptações necessárias à exploração dos recursos. Segundo Becker (1994), várias políticas foram colocadas em prática para promover a urbanização amazônica. Primeiro foi a criação da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA em 1967, que era ligada ao Ministério do Interior, quando através da isenção de taxas e impostos, estimulou-se o comércio e a indústria num núcleo urbano que se constituía em um posto avançado na “fronteira”. Em seguida, o INCRA realizou o “urbanismo rural”, o qual era considerado essencial para atrair a população, por oferecer condições de vida similares às regiões de origem dos migrantes; e depois a POLAMAZÔNIA, que investiu no desenvolvimento urbano de polos selecionados.

Portanto, o planejamento reconhecia a importância econômica e política da urbanização da Amazônia, tanto que os planos de ocupação geridos pelo Governo desde o início de sua implantação visavam a criação de núcleos urbanos e a dinamização dos núcleos já existentes. Neles, seria estratégico receber e ressocializar os migrantes, criando também um mercado de mão de obra temporária ou permanente para as funções menos qualificadas para os inúmeros projetos econômicos que crescentemente se instalavam na região. Atraídos pela política de incentivos fiscais oferecidos pelo Estado, esses núcleos funcionariam como lugar de apoio ao capital com serviços bancários, administrativos, de transporte, entre outros.

Rocha (2001) esclarece que para promover a urbanização, o Estado no seu papel de gestor, assumiu vários investimentos produtivos e infraestruturais na região, destacando-se os grandes investimentos nos setores rodoviários, ferroviários, hidrelétricos e de telecomunicações, sem os quais se tornaria inviável a urbanização e, conseqüentemente, o desenvolvimento da região amazônica. Pereira (2004) acrescenta que o perfil das cidades na Amazônia guarda características dessas políticas de desenvolvimento regional que resultaram na concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, carentes de bens, trabalho e

serviços públicos adequados. Dessa forma, como destaca Vicentini (1994) apud Pereira (2004), cidades tradicionais, cidades da colonização, cidades espontâneas vinculadas ao garimpo ou a projeto extrativistas e as *company towns* (cidades companhias), são facetas complexas do processo de transformação por que passou o urbano na região.

A urbanização, nesse contexto, não está relacionada apenas ao crescimento das cidades e de sua população. Como alguns autores chamam a atenção, a urbanização refere-se à multiplicação dos pontos de concentração e de sua população na cidade; à (re)socialização da população migrante (consumo de novas informações e busca de satisfação de necessidades básicas como educação, saúde e novas oportunidades de trabalho); ao desenvolvimento de uma nova racionalidade propiciada pela vida na cidade, que, tanto interfere na sua visão de mundo, quanto orienta a sua tomada de decisão; ao desenvolvimento de uma economia urbana e por um mercado de trabalho em bases assalariadas. Define-se, portanto, pela instauração do modo de vida urbano.

Trindade Jr (2011) enfatiza que o quadro regional da Amazônia brasileira das últimas décadas nos faz concluir pela existência de uma nova dinâmica de urbanização que toma forma difusa e diversa na região. Há uma mudança no padrão de organização do espaço que desemboca, igualmente, em uma maior complexidade relacionada não só às formas das cidades, como também aos seus conteúdos, confirmando o processo diferenciado de produção do espaço.

É oportuno esclarecer a diferença entre o período que inicia o processo de urbanização das duas metrópoles da Amazônia – Belém e Manaus, o qual ocorreu no período áureo da borracha (início do século XX) e o período do início da urbanização das cidades menores, cujo contexto ocorre a partir da década de 1960 do século XX. Os núcleos urbanos se desenvolveram e alguns chegaram a atingir um nível de urbanização que os classificam como cidades médias. É o caso de Porto Velho capital de Rondônia, Rio Branco capital do Acre e Santarém que se destaca como a única cidade média do oeste do Pará. As figuras abaixo refletem a transformação do espaço geográfico de algumas áreas das cidades médias supracitadas.



Figura 1 - Porto Velho, 1908 (NERY, 2013)



Figura 2 - Porto Velho atual (RONDONIAGUIA, 2015).



Figura 3 - Palácio do Governo de Rio Branco – Acre, 1930 (MACHADO, 2006).



Figura 4 - Palácio do Governo de Rio Branco – Acre atual (AMAZONIANAREDE, 2012)



Figura 5 - Orla de Santarém, 1935 (NETO, 2012).



Figura 6 - Orla de Santarém atual (FERREIRA, 2015)

3 SANTARÉM: CIDADE MÉDIA DO OESTE PARAENSE

A cidade de Santarém, de acordo com Oliveira (2008) serviu como importante ponto de apoio para a ocupação do oeste do Pará. Localizada estrategicamente, à margem direita do rio Tapajós, na confluência com o Amazonas e numa posição intermediária, entre as metrópoles amazônicas, Belém e Manaus, ela acabou desenvolvendo uma série de atividades e funções que se consolidaram desde o período da coleta das drogas do sertão e da borracha, especialmente a de entreposto comercial. Outros fatores contribuíram para que se tornasse importante centro urbano, como as rodovias, o porto, os garimpos do Tapajós, e mais recentemente, a soja, atraindo grandes fluxos migratórios. Sua área de influência atinge dezesseis municípios do Pará e Amazonas, possuindo extensa área urbana, caracterizada pela periferização, que tem se intensificado nas últimas duas décadas. Todos esses fatores, ainda de acordo com Oliveira (2008), classifica Santarém como uma cidade média que tem contribuído massivamente para a intensificação da ocupação do oeste do Pará.

Destaca-se como a terceira cidade mais populosa do Estado do Pará, é o centro regional polarizador das cidades pequenas, vilas e povoados do oeste paraense. Possui uma população estimada em 294.580 habitantes segundo dados do IBGE (CENSO 2010), destacando-se no contexto regional tendo em vista seu papel econômico e político da atualidade.

3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Fundada em 22 de junho de 1661, é uma das cidades mais antigas da região Amazônica. Em 1758 foi elevada a categoria de vila e quase um século depois (24 de outubro de 1848) foi elevada a categoria de cidade, em consequência de seu notável desenvolvimento. Está incluída no plano das cidades históricas do Brasil, sendo uma das mais antigas e culturalmente significativas cidades do Pará. Costa (2012) destaca que Santarém tem sua formação ligada ao contexto colonial, uma vez que surge a partir da formação do aldeamento indígena dos tapajós. Durante a política pombalina de ocupação e defesa do território amazônico no século XVIII, foi elevada à categoria de vila e rebatizada com o nome “Santarém”, seguindo a lógica

implementada naquele momento pelo Império de usar topônimos portugueses para as vilas e cidades formadas (PEREIRA, 2004).

De acordo com a organização político-administrativa do Estado do Pará no que tange a sua regionalização, a cidade de Santarém está localizada na mesorregião do Baixo Amazonas, na região norte do Brasil, distante cerca de 800 km de Belém, capital do Estado do Pará, no Brasil. Situa-se na confluência dos rios Tapajós e Amazonas.

A cidade nos dias atuais exerce papel preponderante como a mais importante do Oeste do Estado do Pará, em função de apresentar, na área sede do município, a mais desenvolvida infraestrutura, dentre os municípios do Baixo Amazonas, com destaque para o setor de serviços e transportes, no qual chamam atenção a presença de escolas, hospitais, universidades, porto e aeroporto. Santarém apresenta limites territoriais com dez municípios: ao norte limita-se com os municípios de Óbidos, Alenquer e Monte Alegre; ao sul limita-se com os municípios de Aveiro, Rurópolis, Placas, Belterra e Mojuí dos Campos; ao leste limita-se com os municípios de Prainha e Uruará e a oeste limita-se com o município de Juruti (conforme Figura 07), destacando-se como uma das cidades médias da Amazônia.

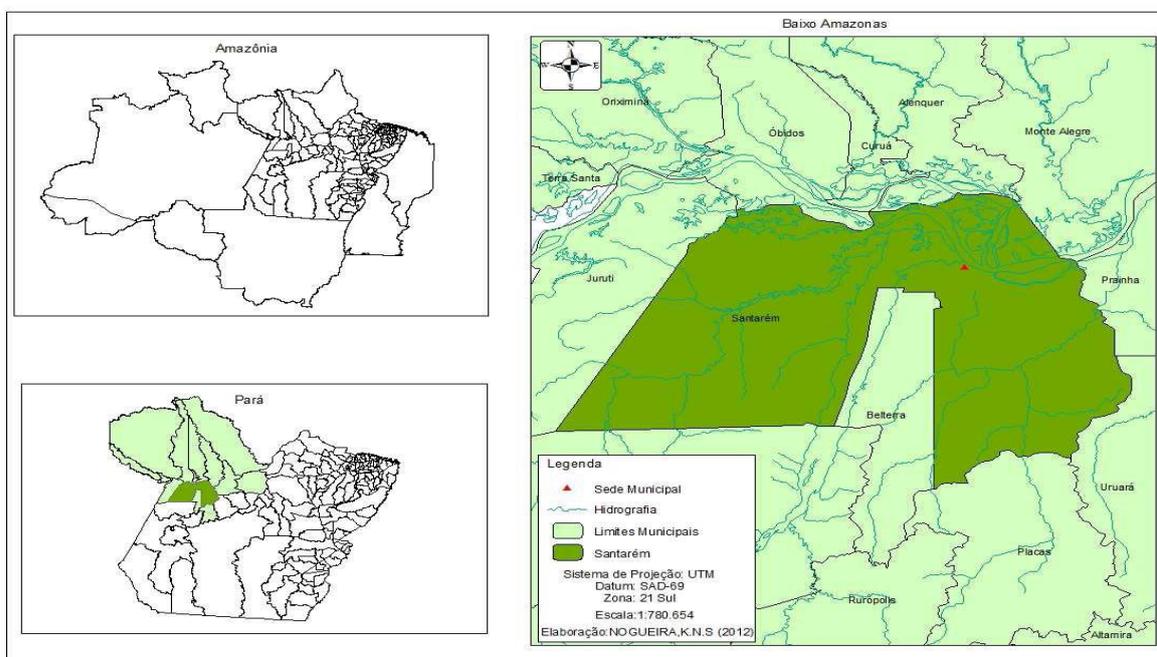


Figura 7 - Mapas de Localização do Município de Santarém-Pa (COSTA, 2012)

3.2 CIDADE MÉDIA: CONCEITO

Ressalta-se aqui a necessidade de discutir brevemente o conceito de cidades médias para que seja compreendido porque Santarém faz parte dessa categoria no bojo das cidades brasileiras.

No Brasil, as pequenas e médias cidades apresentam os maiores índices de crescimento populacional nas últimas décadas, inclusive, superiores às grandes cidades. Na Amazônia, as cidades médias constituem-se novos vetores de crescimento econômico e demográfico, sem, no entanto, afetar a primazia da metrópole. Diferentemente das cidades do Centro Sul do País, que apresentam novas possibilidades de trabalho e melhoria das condições de vida para a população, na Amazônia, estas são sinônimo de pobreza e de desemprego, refletidos na organização intra-urbana dessas cidades. Infelizmente Santarém não foge à regra.

Pereira (2004) relata que é a partir da década de 1970 que surgem as primeiras hipóteses para uma classificação funcional das “cidades médias” no Brasil. Pontes (2001 apud PEREIRA, 2004) apresenta, em caráter preliminar, a definição de cidade média como um centro urbano em condição de servir de suporte às atividades econômicas de seu entorno. Na oportunidade, também, sugeriu a classificação das cidades médias brasileiras em dois grandes eixos: as cidades médias integradas à rede urbana e as cidades médias situadas às margens das redes urbanas hierarquizadas. As primeiras, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do País, seriam aquelas cidades sob o impacto direto da ação da metrópole, cujas consequências produziram um sistema urbano complexo. No segundo eixo, estariam as cidades situadas às margens de redes urbanas hierarquizadas. Seriam aquelas cidades, ainda conforme Pontes (2001, apud PEREIRA, 2004, p. 14), fora do domínio geoeconômico das redes fortemente estruturadas. Nesta classificação se encontram as cidades médias da Amazônia.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a cidade média é aquela que possui população entre 50.000 e 500.000 habitantes. Já Silva (2013) corrobora o significado de cidade média na atualidade destacando que o mesmo vai além do aspecto meramente quantitativo do seu número da população. Em outras palavras, as cidades intermediárias são definidas não apenas por seus tamanhos

demográficos e dimensões, mas acima de tudo, em relação às funções que desempenham na rede urbana, isto é, o papel dos fluxos de mediação (bens, informação, inovação, administração, etc.) entre os territórios rurais e urbanos da sua área de influência e dos outros centros e áreas menores. Essas cidades exercem funções de intermediação entre os espaços locais e os espaços regionais, incluindo os globais.

Nesta mesma linha, Santos (1993) já indicava os problemas e dificuldades em classificar as cidades médias, considerando apenas o elemento demográfico, pois questiona se seria possível classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. Para o autor, o que se chama de cidade média em 1940/50, naturalmente não é cidade média dos anos 1970/80.

Entretanto, deve-se levar em consideração que existem cidades médias e cidades de porte médio e que ambas apresentam diferenciações que para Sposito (2004 apud SILVA, 2013, p.65) aponta um caminho, ao distinguir “cidades de porte médio” e “cidades médias”. Aquelas seriam definidas apenas quanto ao porte populacional, enquanto estas, além disso, desempenham claros papéis intermediários entre a(s) metrópole(s) e as cidades pequenas que compõem uma rede urbana. “São aquelas que, numa dada divisão territorial do trabalho, são centros regionais importantes, em função de serem os elos de ligação entre cidades maiores e menores”.

A autora segue defendendo que a conceituação de uma cidade média pode ser continuamente redefinida no tempo e no espaço, de acordo com a avaliação de seus papéis “numa divisão regional do trabalho que se encontra em período de rápidas transformações.” (SPOSITO, 2004, p. 126, apud COSTA 2013). Por esse motivo, cidades consideradas médias no Brasil podem se diferenciar em porte populacional conforme sua localização, suas oportunidades e seu papel em cada Estado, em função das diferenciações regionais.

Trindade Júnior (2011, p. 4) esclarece a necessidade de diferenciação dos conceitos de cidade de porte médio, cidade intermediária e cidade média: No primeiro caso, considera-se o patamar populacional para reconhecer tão simplesmente o tamanho demográfico das cidades. As cidades intermediárias, por

sua vez, são definidas tendo em vista sua posição relativa e intermediária (entre as pequenas cidades e as metrópoles regionais), independentemente de sua expressividade político-econômica no contexto hierárquico de uma rede urbana. São noções, portanto, que se diferenciam da noção de cidade média. Esta última leva em conta a importância sub-regional apresentada por uma dada cidade intermediária, *ipso facto*, pelas fortes centralidades que aí se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem. Sendo assim, todas as discussões acerca do conceito de cidade média apresentados ratificam o reconhecimento de Santarém como sendo uma cidade média da Amazônia.

3.3 URBANIZAÇÃO DE SANTARÉM – PROCESSO ACELERADO A PARTIR DE 1960

A partir das décadas de 1950 e 1960, quando o processo de ocupação e produção do espaço amazônico começou sofrer profundas transformações, resultantes das políticas desenvolvimentistas que foram direcionadas para a região, tem-se o dinamismo regional a partir da expansão de novas frentes econômicas que se apresentaram em estreita ligação com a intervenção estatal. Nesse sentido, o processo de ocupação regional segue as prioridades do governo federal, que buscava viabilizar a ocupação da região amazônica como se a mesma fosse um vazio demográfico, com base num projeto de integração nacional, através da implantação de redes de integração espacial, como a implantação de redes rodoviária, energética e de telecomunicação (BECKER, 1994).

Neste contexto, tem-se em Santarém a abertura de três rodovias, a rodovia Curuá-Uma, a avenida Fernando Guilhon e a rodovia federal Cuiabá-Santarém, que passaram a ser os novos eixos de expansão da cidade. Essas transformações se refletiam no padrão de organização do espaço amazônico, que, a partir de então, não terá mais o rio como único estruturador da expansão econômica regional. No mesmo período em que uma série de investimentos se direcionou para abertura de estradas nessa região, constrói-se em Santarém o chamado cais de arrimo da orla, o que ratifica a importância do rio para as atividades que estruturam a vida econômica da cidade, como no caso da corrida do ouro nos garimpos do Tapajós, principalmente entre 1980 e 1990, que contribuiu fortemente para o inchaço

populacional, haja vista que a mesma funcionava como um centro distribuidor de produtos para os garimpos. Isso demonstra que, ao mesmo tempo em que a importância do rio se relativiza em face da abertura de rodovias, ele continua dinamizando outras atividades, como foi o caso do garimpo. Considera-se, ainda, que recentemente venham tomando destaque, na região, atividades ligadas ao avanço de uma fronteira agrícola, que se intensifica com a abertura das rodovias e com a construção do porto graneleiro da multinacional Cargill e com o plantio de soja que se intensifica na região do oeste do Pará.

Santarém se apresenta interessante para a expansão dessas atividades, devido à vastidão territorial das proximidades da cidade e ainda pela potencialidade de suas terras que já está sendo comprovada, mais principalmente pela facilidade de escoamento da produção, que chega à cidade através da rodovia federal BR-163 e é exportada pelos portos, através das hidrovias.

Costa (2012) revela ainda que estes processos intensificam a expansão do tecido intra-urbano e provocam uma reestruturação urbana, no qual novas formas espaciais são verificadas, através da instalação de redes de integração, sejam estas rodoviárias, energéticas ou, ainda, de telecomunicações, contribuindo com isso para várias transformações no espaço. Nesse sentido, verifica-se uma dinâmica de reestruturação regional, na qual a urbanização, antes movida por uma rede urbana dendrítica, na qual o crescimento das cidades estava ligado principalmente à dinâmica do rio, torna-se mais complexa e passa a se desenvolver também pelos vetores das novas estradas abertas, que mudaram a dinâmica urbana da cidade, contribuindo também para a expansão do tecido urbano, que antes se limitava a contornar a margem do rio e, com a abertura das estradas, passou a seguir esses novos vetores rodoviários.

A organização de seu espaço urbano apresenta precário planejamento urbano, pois dos seus 48 bairros conforme mostra a figura 08, somente 26, são oficializados. A expansão urbana de Santarém tem uma característica muito particular, pois a maioria dos bairros não regularizados é fruto de ocupação espontânea ou invasões de terras particulares, conforme aponta Ramos (2004, p. 78): Famílias sem moradias e geralmente de empregos provisórios, que é a característica de aproximadamente 60% da cidade de Santarém é que vivem em áreas invadidas [...] Sendo assim ocupam áreas de preservação ambiental,

alagáveis ou de risco, públicas ou particulares em forma de invasão sem planejamento, infraestrutura e em condições sub-humanas e de grande densidade habitacional.

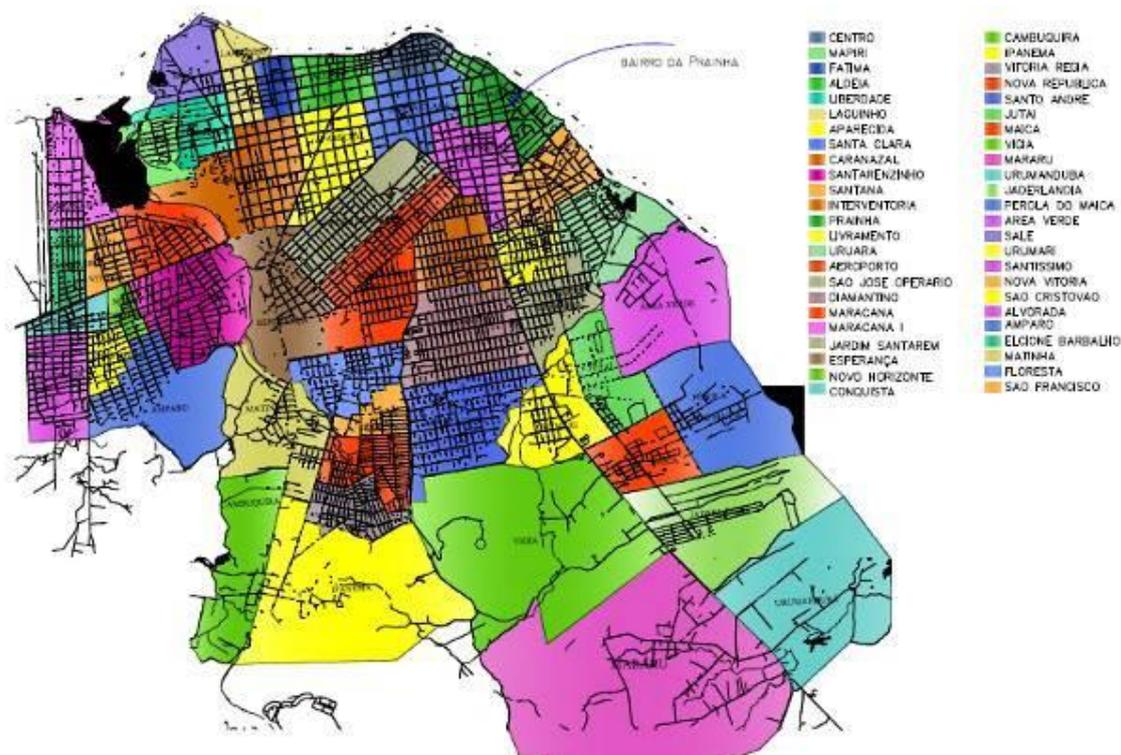


Figura 8 - Mapa dos Bairros de Santarém-Pa (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM – PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2010)

Para Oliveira (2008), a área urbana de Santarém apresenta-se, atualmente, bastante espreada, com crescente aumento de sua área urbana para as periferias em direção as áreas geográficas leste, oeste e sul conforme nos mostra a figura 09, com problemas de periferização, ou seja, com precária infraestrutura urbana, assim como, habitações precárias. Nos bairros periféricos reside uma população de baixa renda, coabitando com a violência, muito presente nestas áreas e constituindo-se em verdadeira expressão de exclusão e segregação. Em função do processo de periferização, observa-se no espaço urbano de Santarém expressiva desigualdade social, pois o centro da cidade, estruturado a partir da década de 1960, concentra a melhor infraestrutura e abriga a população de renda mais elevada, diferentemente da periferia, carente de infraestrutura e habitado por população de baixa renda.

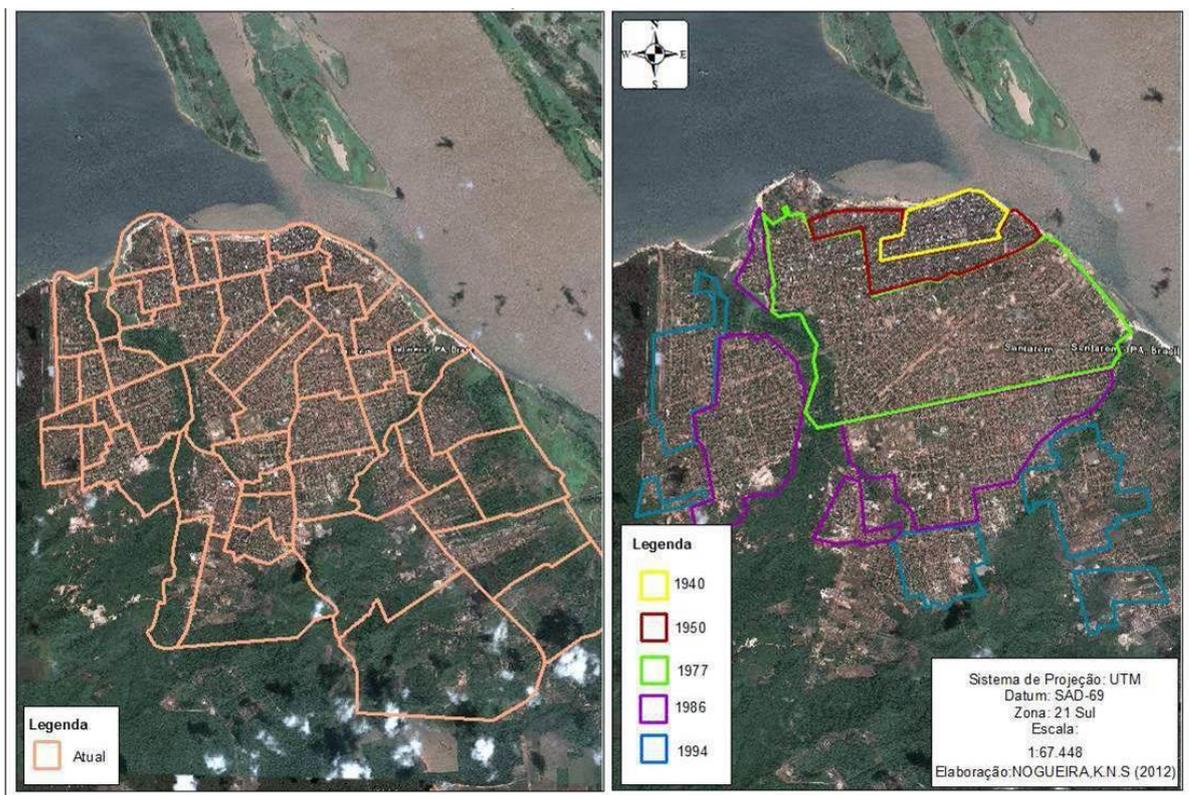


Figura 9 - Áreas de expansão urbana da cidade de Santarém (OLIVEIRA, 2008)

Vale ressaltar que o intenso processo de urbanização desde a década de 1950, destacando nitidamente de forma mais expressiva um acelerado processo de expansão urbana principalmente a partir da década de 1980, acompanhou a orientação dos eixos das rodovias Santarém-Curuá-Una, Cuiabá-Santarém e Av. Fernando Guilhon (Santarém-Aeroporto). Esta expansão tem assumido grandes proporções, verificando-se, portanto, o espraiamento de sua periferia nas direções Sul (Cuiabá-Santarém e Santarém-Curuá-Una) e Sudoeste (Fernando Guilhon). Percebe-se então um crescimento ascendente da população de Santarém a cada década, embora a população rural não acompanhe, na mesma proporção, o crescimento da população urbana, como nos apresenta a tabela 03.

TABELA 3 - População segundo situação da unidade domiciliar 1950/2010
(IBGE, 2010).

ANO	URBANA	RURAL
1950	14.061	46.168
1960	31.303	38.767
1980	111.657	80.293
1991	180.018	85.044
1996	166.023	76.732
2000	186.297	76.241
2010	215.947	78.827

3.3.1 Saneamento Urbano no contexto Santareno

Observa-se em Santarém, em função do processo de periferização, uma expressiva desigualdade social, já que o centro da cidade concentra a melhor infraestrutura, pois foi reordenado a partir da década de 1960, quando as políticas de saneamento básico no município realizadas durante o período militar se fizeram presentes com a construção de uma rede coletora de águas pluviais abrangendo 40% da cidade na época. Além dessa obra, foram implantados 50 quilômetros de rede coletora de esgoto, que segundo Ramos (2004) ficou inacabada, pois não foram executados o coletor final e a estação de tratamento. Mesmo assim a área central concentra a melhor infraestrutura e abriga a população de renda mais elevada, diferindo sobremaneira da periferia, carente de infraestrutura e habitado por população de baixa renda.

3.3.1.1 Particularidades do Saneamento Ambiental em Santarém

O sistema de saneamento ambiental do município de Santarém é constituído principalmente por uma rede de esgoto sanitário numa extensão de 50 quilômetros incompletos, pois não existe coletor principal, nem a estação de tratamento e nem o emissário. O sistema de drenagem abrange 53,32 quilômetros, o que equivale a

8,94% do sistema viário. A Coordenadoria Municipal de Saneamento Básico – CSAN (2013) relata que obras estão sendo realizadas para que em médio e longo prazo, o município dê um salto no quesito tratamento de esgoto. A CSAN ressalta ainda que estão em fase de conclusão as obras do PAC 1, com 8.312 ligações intradomiciliares e duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE'S) nos bairros Mapiri e Uruará, que terão capacidade para atender 75 mil pessoas.

Estão em andamento, também, as obras do PAC 2, com ampliação da rede de esgoto em 5.454 ligações, além da ampliação da ETE do Mapiri, com capacidade para atender mais 25 mil pessoas. Ao término das obras, 100 mil habitantes da área urbana terão esgoto tratado. O número é expressivo, considerando a população urbana de aproximadamente 215 mil habitantes. Tais ações primam por um salto qualitativo no que tange a questão do destino e tratamento do esgoto em Santarém com previsão para conclusão até o término de 2015, dando um salto qualitativo de 0% para quase 50%.

O abastecimento de água é efetuado pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Andrade (2015) esclarece que a captação é predominantemente subterrânea, pois esse tipo de reserva comparada aos mananciais superficiais é menos suscetível às fontes de poluição. A mesma é realizada através de 18 poços tubulares profundos, com profundidade que varia de 180 a 270 metros profundos totalizando 30 200 ligações ativas, com uma cobertura de 78% dos imóveis. Existem ainda 90 microssistemas como forma alternativa de abastecimento de água, sendo 19 na zona urbana, atendendo 5.188 famílias e 71 na zona rural, beneficiando um total de 7.800 famílias.

A coleta de lixo é terceirizada e alcança 74,53% de acordo com o levantamento, elaborado a partir do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, em 2013, administrado pelo Governo Federal no âmbito da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades (MCID). O destino dos resíduos sólidos é o aterro municipal localizado na comunidade Perema, área do planalto, com capacidade para 200 toneladas ao dia.

3.3.2 Crescimento da área urbana para a periferia de Santarém

Oliveira *et al.* (2010) ressalta que o processo de urbanização de Santarém produziu uma malha urbana desmesurada, escapando do controle do planejamento urbano municipal. As ocupações se multiplicaram, dando origem ao surgimento de bairros, depois reconhecidos pela Lei Municipal Nº 18.051/2006, que aprovou o Plano Diretor Municipal. Em 2006, muitas ocupações foram regulamentadas como bairros, chegando a somar 48 bairros. Apesar de terem existido instrumentos anteriores para regulamentar o espaço urbano, como o Plano de Desenvolvimento Urbano, instituído pela Lei Municipal Nº 6.856, de 1975, os critérios usados seguiam orientações do planejamento físico-territorial, de natureza regulatória, que não deram conta da intensa expansão urbana ocorrida, pois além da explosão demográfica, a falta de políticas públicas direcionadas à população de baixa renda e de legislação urbanística, somadas à especulação imobiliária, contribuiu para a expansão de um vasto território irregular e clandestino no município (PDU/PMS, s/d).

O PDU de Santarém estabeleceu como Área de Expansão, todas aquelas áreas que estão para além da área urbana, que não são áreas rurais, ou seja, corresponderia às áreas não consolidadas, ainda conforme Oliveira et al (2010). Entretanto, estão inseridos nesta área, muitos bairros que não possuem o mínimo exigido para tal, pois o PDU restringe a definição de bairro à existência de 70% da área urbanizada e construída; à existência de, no mínimo, três equipamentos públicos em pleno funcionamento; à demarcação dos lotes de forma alinhada com dimensões mínimas estabelecidas em lei; à abertura de vias de forma alinhada e conforme os limites de largura, definidos em lei; e ao número mínimo de três entidades comunitárias para compor um Conselho Gestor (LEÃO, 2010).

A Área de expansão inclui algumas áreas consideradas pela PMS como consolidadas, que anteriormente eram vilas, como São José, Boa Esperança, Tabocal e São Braz. Por outro lado, corresponde às áreas periféricas da cidade, como também áreas que ainda estão passando por processo de reconhecimento como sendo áreas urbanas do município.

É oportuno salientar aqui que o conceito de periferia tem sofrido redefinição, desde quando se referia apenas a áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Atualmente, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são

concebidas como periféricas. O termo se redefiniu, significando também, conforme Serpa (2002, apud OLIVEIRA et al. 2010, p.08) “[...] aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda.”

Serpa (2002) ainda chama atenção para o fato de que é preciso destacar o papel das periferias no espaço urbano, uma vez que estas apresentam uma dinâmica específica, produzida pelo acúmulo de processos singulares que se desenvolveram através de conflitos, gerados de diferentes sentidos de tempos.

É mister ressaltar que os bairros e áreas periféricas ainda não reconhecidas oficialmente como bairros, em Santarém, são bastantes numerosos e se adéquam àquilo que Serpa (2002) caracteriza como periferia urbana, podendo ser definidas como às áreas ocupadas por uma população de baixa renda, marcada pela precariedade da configuração espacial e das moradias, pelos loteamentos clandestinos, que traduzem a exclusão e a segregação deste espaço.

No caso, as áreas de estudo denominadas de Comunidades de Bela Vista I e II, apresentam grande expressividade no que concerne a expansão urbana espontânea originando áreas periféricas com total falta de equipamentos e serviços públicos, mormente no que tange ao saneamento ambiental, impactando negativamente na qualidade de vida da população residente, e sem prazo para que tais serviços possam ser implantados. Ainda possuem um agravante por estarem situadas próximas a uma área de proteção ambiental, a APA Saubal.

3.3.2.1 Plano Diretor de Santarém: um direcionamento para a urbanização

Com a abertura democrática do país, a partir da Constituição de 1988, e mais adiante, com a criação do Estatuto da Cidade em 2001, os municípios passaram a ter poderes para aprimorar a realidade da administração, controlar e direcionar melhor as verbas públicas, fato que está associado à obrigatoriedade para municípios com mais de 20.000 habitantes a criação de um Plano Diretor Municipal, o qual, segundo a Constituição Federal é o “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (BRASIL,1988).

Em 2005, quando do início da elaboração do Plano Diretor de Santarém a Prefeitura do município propôs que os movimentos sociais participassem das discussões, primeiramente, sobre a formação das agendas de discussão sobre os

principais pontos necessários para que o Plano Diretor fosse o indutor de desenvolvimento e que o mesmo se materializasse nos principais anseios da sociedade. Apesar das inovações, com a possibilidade de grande participação popular, os movimentos sociais questionam que o processo não ocorreu de forma transparente e que vários dos encontros programados não ocorreram, fato que alijou do processo, diversas comunidades, que excluídas, não tiveram como expressar suas ansiedades (LEÃO, 2010).

Os questionamentos das comunidades sobre a forma de como ocorreram as discussões sobre o desenvolvimento do Plano Diretor de Santarém e como o mesmo foi aprovado ocasionou, no final de 2007, uma sessão na Câmara de Vereadores, na qual foram discutidos vários pontos sobre as diretrizes urbanísticas do Plano Diretor que foi aprovado em 2006. Nesta sessão, os vereadores do município prorrogaram em 24 meses o prazo limite para implementação da legislação urbanística, fazendo valer discussões com as comunidades locais. Dentre os resultados destas discussões, tem-se o Projeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Código de Obras e Código de Postura.

Em 29 de dezembro do ano de 2006, é sancionada a Lei Municipal nº 18.051, que institui o Plano Diretor de Santarém e delimita o prazo 12 meses para a criação da Lei complementar que define os critérios de uso e ocupação do solo: - Art. 184. - VIII – doze meses, para atualização do Código de Obras do Município, Código de Posturas do Município, Lei de Uso e Ocupação do Solo e demais normativos que se fizerem necessárias, observadas as disposições desta lei. Desde então, o Plano Diretor norteia as políticas de planejamento urbano da cidade de Santarém, porém, ainda está longe de ser aplicado de forma efetiva no que tange as ações de saneamento ambiental para o município.

4 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA PRÓXIMA À APA SAUBAL EM SANTARÉM/PARÁ: COMUNIDADES DE BELA VISTA I E II

Nesta sessão se discute os resultados de um estudo de caso realizado com os participantes envolvidos em duas comunidades, lócus do estudo, confrontando-os com as principais teorias de ocupação espontânea praticadas no Brasil como um todo e, em particular, com o movimento de urbanização da Amazônia. Tem por finalidade identificar o modelo de ocupação experimentada pelos moradores das comunidades Bela Vista I e II e apresentar sugestões de reordenamento e/ou saneamento ambiental sob a perspectiva de uma comunidade socioeconomicamente sustentável.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCUS DA PESQUISA: CBVI E CBV II

O contexto geográfico onde estão situadas as comunidades de Bela Vista I e II (CBV I) e (CBV II) está localizado próximo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Saubal, na grande área ao sul do município de Santarém, limitando-se ao norte com o bairro da Nova República, ao noroeste com o bairro Vitória Régia, a oeste com o bairro de Ipanema, ao leste e ao sul com a APA Saubal. Tem extensão de 32,10 ha, sendo considerada como área periférica urbana do município de Santarém de acordo com que nos mostra a figura 10.



Figura 10 - Localização geográfica: limites das Comunidades (Google Earth com adaptações Wildson Sousa, 2015).

As comunidades possuem atualmente 180 (cento e oitenta) famílias na Bela Vista I e 147 (cento e quarenta e sete) na Bela Vista II. Enquanto área desabitada, acreditava-se que a CBV I pertencia ao Bairro da Nova República. Posteriormente se interpretou como pertencente ao Bairro Ipanema, considerando a análise dos limites territoriais entre os mesmos. Porém, o fato de situar-se muito distante da área central do bairro de Ipanema, levou a comunidade a querer sua emancipação e a elevação à categoria de bairro.

O lócus da pesquisa divide-se em dois blocos, formados em períodos distintos, tendo como marco o ano de 2010, parâmetro de análise do antes e do depois desse marco. Como a maioria das ocupações espontâneas, a área em questão originou-se pela necessidade de moradia, organizadas por lideranças que fomentaram um movimento de ocupação. As vias de acesso que formam o arruamento já se encontram delimitadas, esboçando desde o início, certo planejamento das pessoas que iniciaram a ocupação, conforme mostra figura 11.

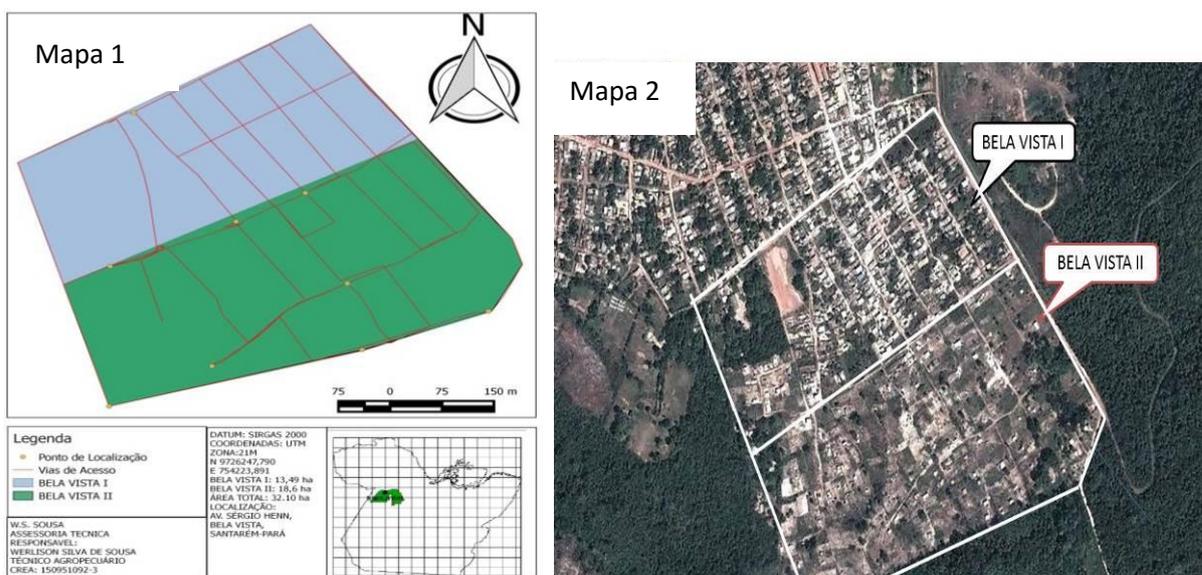


Figura 11 - Mapas comparativos da ocupação das áreas CBV I e CBV II (Werlison Sousa, 2015 e Google Eahrt com adaptações Wildson Sousa, 2015)

A extensão geográfica onde habitam as comunidades de CBVI e CBVII é extensa, possuem número significativo de famílias compondo sua população, entretanto, não pode ser caracterizada como bairro, uma vez que não preenche os critérios estabelecidos pelo Plano Diretor da Cidade, em seu artigo 116, como segue:

Art. 116. A criação e a regularização de novos bairros, a partir da entrada em vigor desta lei, deverá obedecer aos seguintes critérios, visando ao adequado planejamento e ordenamento espacial do território do Município:

I – existência de, no mínimo, 3 (três) equipamentos públicos em pleno funcionamento;

II – demarcação dos lotes de forma alinhada com dimensões mínimas estabelecidas em lei;

III – abertura de vias de forma alinhada, devidamente aprovada pelo setor competente da Prefeitura Municipal, respeitados os limites de largura definidos em lei;

IV – número mínimo de três (03) entidades comunitárias para compor um conselho gestor;

V – 70% da área pleiteada urbanizada e construída (PD/SANTARÉM, 2010).

Embora alguns critérios já se façam presentes nesse espaço geográfico, ainda prescinde de outros, mas as comunidades já se organizam nesse sentido, compondo comissões, construindo arruamento, entre outras iniciativas locais, independente do poder público. Também participam ativamente das discussões com o poder público no sentido de viabilizar a legalização da área.

4.1.1 O contexto da comunidade Bela Vista I

O processo de ocupação da CBVI iniciou em fevereiro de 2007, quando se considerava essa área pertencente ao bairro da Nova República. Após investigação de lideranças desse bairro, constatou-se que essa área se configurava como área devoluta há pelo menos 20 anos, o que motivou os organizadores do movimento de ocupação a limpar a área, lotear e distribuir aos interessados para que estes construíssem suas moradias. A figura 12 mostra a referida área antes e depois do processo de ocupação, respectivamente.



Figura 12 - Imagens comparativas da área da CBV I nos anos de 2007 e 2009.
(CNES, 2006)

O movimento de ocupação originou-se de forma espontânea, por membros do bairro da Nova República, destacando-se a participação do então presidente da Associação do referido bairro, que foi procurado por professores e outros moradores interessados. Assim, constituiu-se uma comissão, que iniciou uma pesquisa junto aos órgãos competentes: INCRA, para verificar se existia algum cadastro, já que era uma área antiga, poderia ser cadastrada como área rural. No CDHU, atual SEMINFRA, onde então funcionava a legalização dos bairros dos terrenos urbanos. Em todos esses órgãos não se encontrou nenhum registro de propriedade.

A partir de então, a comissão, já atenta à legislação municipal procedeu à demarcação dos terrenos na metragem de (10 x 25) m², demarcando o arruamento de forma organizada, sem a participação de quem deveria estar liderando esse processo, que era o poder público. Ao total foram delimitados 218 terrenos, que foram divididos entre as pessoas envolvidas nesse processo de ocupação.

Embora a CBV I esteja em processo de reconhecimento como área urbana, ainda não pode ser classificada como bairro, em virtude de não atender todas as prerrogativas legais constantes no Plano Diretor do município. Entretanto, ressalva-se a existência de alguns requisitos, como o serviço de energia elétrica, o arruamento delimitado, a presença de equipamentos urbanos, como igrejas e associação de moradores. Um fator que dificulta sua elevação à categoria de bairro é a exigência de, no mínimo, 450 famílias, o que tem levado a associação a buscar

alternativas, como o desmembramento de uma área pertencente ao bairro Vitória Régia para integrar-se a CBV I e assim atender a exigência do número mínimo de famílias na composição de um bairro. Atualmente, a CBV I possui uma associação de moradores bem atuante, que busca melhorias para a sua população, como o fornecimento de água encanada ou a instalação de um microsistema de abastecimento de água próprio, iluminação pública, entre outros.

4.1.2 O contexto da comunidade Bela Vista II

A CBV II está em uma área ao lado da CBV I e começou a ser ocupada efetivamente no início de 2012, embora a pesquisa de campo encaminhada pela autora desse trabalho revelou que, desde 2008 já se registrava a sua ocupação por algumas famílias nessa extensa área urbana de (580 x 340m) m². A figura 13 mostra a área ocupada pela CBVII, anexa a CBVI.



Figura 13 - Imagens comparativas das áreas da CBV I e II nos anos de 2006 e 2015 (CNES, 2006)

O processo de ocupação também foi de forma espontânea, seguida da organização de uma Comissão entre os interessados para investigar junto aos órgãos competentes se existia algum registro de propriedade. A investigação da comissão encontrou uma proprietária deste terreno em nome de Sebastiana dos Anjos Nascimento, para quem, a prefeitura havia repassado um título de aforamento no ano de 1949, sendo que essa pessoa já faleceu há mais de 20 anos deixando essa área devoluta. Registra-se que nesse documento constava 10 itens que ela

não poderia deixar de cumprir, ele deveria deixar os impostos em dias, não poderia vender, nem hipotecar em banco, são 10 itens e ela ou seus herdeiros descumpriram todos.

Entretanto, quando começou a ser ocupada, o Sr. Milson Ferreira Bastos reclamou a sua posse, junto às pessoas da comunidade, apresentando apenas um recibo de compra e venda repassado por um suposto herdeiro da Sra. Sebastiana dos Anjos Nascimento. Antes, porém, a comissão já havia realizado o loteamento de 642 terrenos e organizado o arruamento, preocupando-se, desde então, em deixar uma área para futuras construções de instalações dos equipamentos públicos. Atualmente existe um processo judicial, encaminhada pelo Sr. Milson Ferreira Bastos que, após determinação da justiça de reintegração de posse de parte da área em seu favor, o procurador do município e a comunidade entraram com um recurso alegando a improcedência da alegação do Sr Milson.

O impasse da situação pode ser interpretada da seguinte forma: de um lado, o Sr. Milson Ferreira Bastos não apresenta documentação que comprove a sua propriedade, ele apresentou apenas recibo de compra e venda de um suposto herdeiro da Sra Sebastiana, porém, o título de aforamento tem 10 itens dos quais se ressaltam dois: pagar os impostos definidos para essa área; não poderia vender, nem hipotecar em banco. A suposta proprietária e seus herdeiros descumpriram todos, principalmente, este último em que um de seus herdeiros o vendeu a terceiros. Além disso, o seu Milson não morava lá, não tinha nenhuma plantação, nunca zelou pela suposta propriedade, nunca pagou os impostos e, ainda assim, a justiça determinou reintegração de posse de uma parte do terreno, com base no depoimento de algumas testemunhas que ele levou em juízo e o recibo. O terreno tem uma área de (580 x 340) m² e a justiça mandou reintegrar (580 x 140) m² em junho de 2012.

Por outro lado, essa área tem construções de valor, configurando-se em prejuízo retirar essas pessoas que já se encontram estabelecidas. Por isso, ainda em 2012, foi feito um levantamento pela comissão para justificar, por meio de um requerimento a permanência dessas pessoas na comunidade. Foi então constatado que moravam, na CBV II, 147 famílias, entre elas, 28 maiores de 60 anos, 144 menores de 14 anos e um total de 544 pessoas.

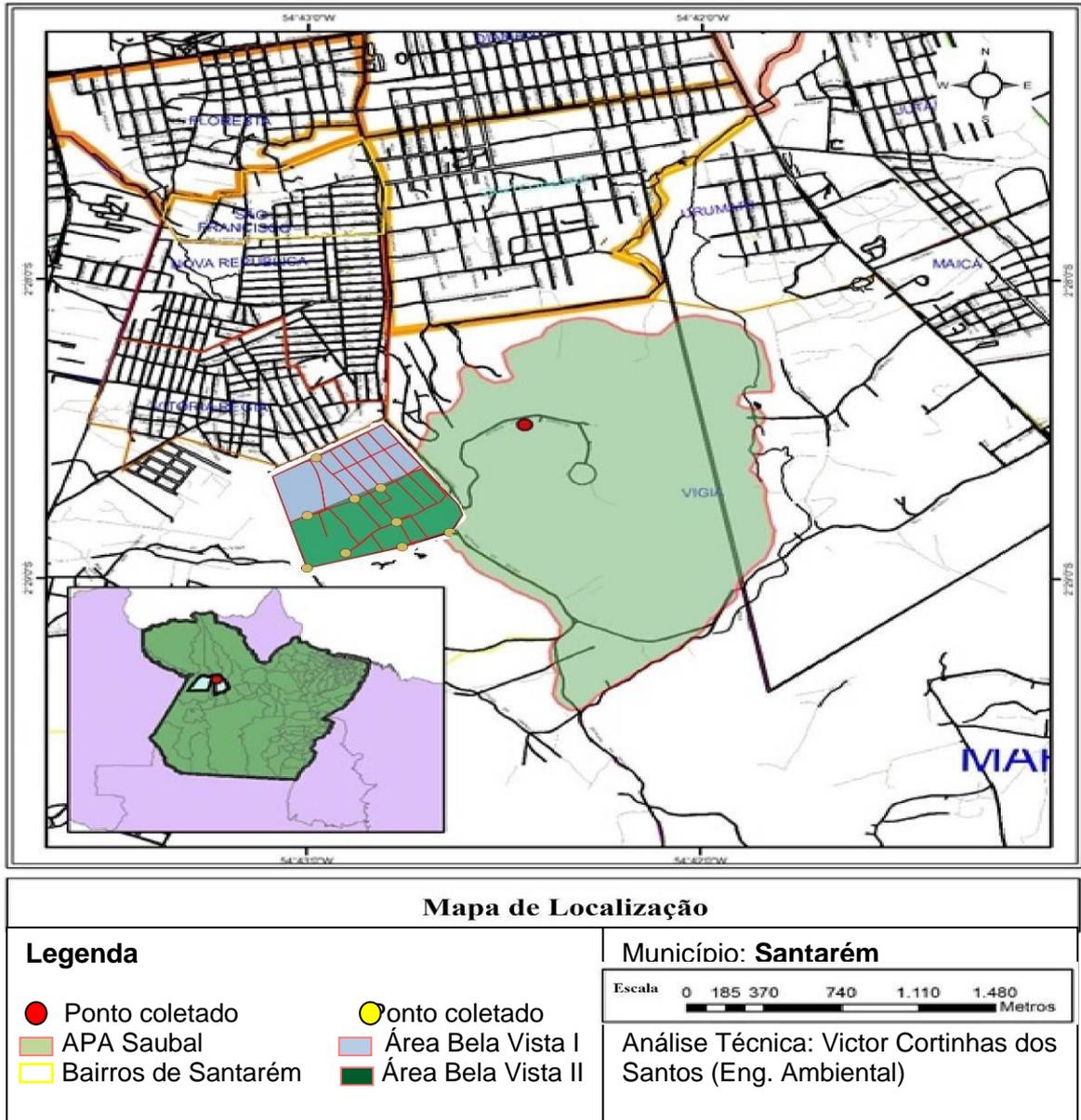
Entretanto, por estar *sub júdice*, ocorre um impedimento legal da prefeitura em oferecer energia elétrica, água encanada, e infraestrutura básica, ou seja, estão impedidos de usufruírem, do poder público, os principais equipamentos públicos para atender pelo menos 500 famílias que estão morando lá. Nesse sentido, a comissão fica bastante limitada em reivindicar do poder público o saneamento essencial à comunidade, pois a ocupação espontânea, sem nenhuma participação do poder público resulta em prejuízo aos moradores e prejuízo ao próprio município.

Pode-se observar, pela imagem aérea (Figura 11), o povoamento mais denso na CBV I, enquanto na CBV II uma distribuição mais esparsa dessa população, considerando as construções ali presentes. Fato que se justifica pela própria história dessas comunidades. Outro dado preocupante é que a CBV II, por falta de regularização dessas terras, avançou rumo a APA/Saubal, e isso pode trazer mais problemas ambientais, conforme será detalhado mais adiante.

4.1.3 APA do Saubal

Em 2011 foi criada a unidade de preservação, APA da Serra do Saubal, regulamentada pela Lei Municipal 18.715 de 06 de setembro de 2011 e em 2012 foi instituído o Conselho Gestor da APA da Serra do Saubal, regulamentado pelo Decreto Nº 098/SEMAD, de 28 de Maio de 2012. Com esses atos, o município passa a ser responsável por essa área.

Entretanto, bem antes dessa regulamentação formal, já se fazia perceber as consequências diretas desse processo de ocupação espontânea que vinha ocorrendo nas áreas das comunidades de Bela Vista I e II, uma vez que ambas localizam-se ao sopé da serra do Saubal e a CBV II limita-se com a APA da serra do Saubal, conforme mostra a figura 14.



Fonte: Base de Dados (Prefeitura Municipal de Santarém)

Figura 14 - Mapa de Localização da APA Serra do Saúbal e CBV I e CBVII (SANTOS, 2015)

A partir de 2005, em decorrência da constante ameaça de ocupação dessa área, o que se confirmou, efetivamente, a partir de 2007, um grupo de pessoas da comunidade do bairro da Nova República se organizou para reivindicar, do poder público, mais atenção e maior cuidado para a área do entorno de uma importante serra, próxima ao referido bairro, que no passado já alojou uma base da extinta empresa pública EMBRATEL e possui uma biodiversidade riquíssima que precisa ser preservada, pois se observava uma movimentação com intuito de ocupar seu

entorno conforme mostra a figura 15. Foi assim que surgiu o movimento para a criação da APA da Serra do Saubal.



Figura 15 - Ocupação da CBV II em direção a APA - Serra de Saubal

Depois de muitas lutas desse grupo de pessoas, da qual fazia parte Luzimar Silva de Sousa, assistente social e militante na luta em defesa da Serra, em 2011 foi criada a unidade de preservação, APA da Serra do Saubal, conforme regulamentação supracitada. A figura 16 mostra a proximidade da ocupação da área próxima a serra e conseqüentemente à APA.



Figura 16 - Visão Panorâmica da Serra do Saubal/APA – Saubal

A APA do Saubal circunda os seguintes bairros: Diamantino, Santo André, Nova República, Bela Vista (em processo de regularização) e Vigia. A criação da Área é resultado das reivindicações dos moradores esclarecidos e da Pastoral Social da Diocese do município. Tal reivindicação justifica-se pela preocupação com os rumos que esta área estava tomando no que concerne a ocupação espontânea e a exploração predatória dos seus recursos naturais e ambientais.

“Desde 2005 tem-se buscado junto ao poder público uma medida que venha frear a degradação em torno da serra. É possível citar vários absurdos que acontecem frequentemente como ocupação ao pé das encostas, extração ilegal de areia e de madeiras”, ressalta Luzimar Silva, integrante da Pastoral Social da Diocese de Santarém, 2015. É oportuno ressaltar que existe um conselho gestor da APA onde a SEMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente tem assento preponderante, pois ela é responsável pela supervisão, administração e fiscalização, tendo como colaboradores as entidades públicas e privadas, das quais 16 (dezesseis) membros fazem parte. Assim dispõe os seguintes assentos governamentais:

- Secretaria Municipal do Meio Ambiente-SEMMA
- Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação em Geral-SEMPPLAN
- Secretaria Municipal de Habitação
- Secretaria Municipal de Turismo
- Secretaria Municipal de Infraestrutura
- Secretaria Municipal de Cultura
- Secretaria Municipal de Segurança Cidadã

Ressalta-se que o decreto municipal 098/2012 versa as seguintes representações das entidades sociais:

- Associação de Moradores do Bairro Vigia-AMBAVIG
- Comunidade Eclesial Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe-Diocese de Santarém
- Comunidade Eclesial Igreja de Nossa Senhora do Carmo – Saubal/Região Vide pastoral-Diocese de Santarém
- Associação de Moradores do Bairro Bela Vista
- Associação de Moradores do Bairro do Urumari
- Associação de Moradores do Bairro de Nova República

- Associação de Moradores do Bairro de Santo André

No referido decreto cita-se como representantes da entidade civil organizada:

- Instituto Esperança de Ensino Superior de Santarém-IESPES
- Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA

Luzimar Sousa ressalta que logo que foi criada, houve maior empenho em defesa da APA, porém, atualmente nota-se certo descaso. Desde a sua criação como unidade de preservação, solicitou-se o georreferenciamento, o cercamento do território, a identificação dos moradores e/ ou proprietários com títulos ou não na área de abrangência, um guarda florestal ou vigilante, a fim de que eliminasse possíveis questões sociais no seu entorno, ou, evitasse o agravamento dos impactos visivelmente postos, como:

- O depósito de lixo realizado por moradores das áreas adjacentes e circunvizinhança;
- A permanência de serragem de madeira no acostamento da serra, esta produzida pela Madeireira Rancho da Cabocla;
- O desmatamento;
- A utilização inadequada da terra por alguns proprietários;
- A captura de animais;
- A extração de terra pelas olarias;
- A pressão das carvoarias e;
- A ocupação desordenada no seu entorno.

Entretanto, o poder público praticamente não fiscaliza, deixando a APA da Serra do Saúbal suscetível a práticas de atividades ilegais e processos de ocupação espontânea, como o que está sendo alvo desta pesquisa.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa de campo estão alicerçados em dois grupos de informantes: as lideranças da área, que foram entrevistados e os moradores das comunidades, os quais responderam um questionário. As informações convergem na maioria das questões levantadas, divergindo apenas na data que marca o início do processo de ocupação, sendo que os entrevistados apresentaram dados das lideranças que acompanharam esse movimento, apontando o ano de 2007 como

marco inicial de ocupação, enquanto os respondentes dos questionários informaram segundo o seu próprio início de ocupação, ou seja, a partir do momento em que foram morar nessa área, que segundo alguns deles foi a partir de 2005.

4.2.1 Processo de ocupação espontânea

Os resultados dos questionários comprovaram que a forma de ocupação da Comunidade Bela Vista II – CBV II - reproduziu o modelo de ocupação da Comunidade Bela Vista I - CBVI, com algumas exceções, sendo a principal delas, o período de ocupação. Sendo a CBV I mais antiga, teve seu período de ocupação iniciado em 2005, de forma predominantemente ascendente até 2010 (29%), ano em que houve maior número de imigração à comunidade, após esse ano começa decrescer esse número.

Por sua vez, a CBVII teve seu período de ocupação iniciado timidamente em 2008, concentrando o maior número de imigrantes no período de 2012 a 2013 (41%), decaindo lentamente esse número. Tal diferenciação se justifica pela iminência de proibição ou maior cautela na ocupação da CBV II, quando se anunciava que seria transformada em área de proteção ambiental, o que veio a ocorrer em 2011. Nesse período (segunda etapa da ocupação), conforme a entrevistada, pode-se notar que, em poucas semanas houve uma rápida demarcação territorial, com terrenos localizados em áreas geográficas caracterizadas por alto desnivelamento. As figuras 17 e 18 apresentam os dados supracitados.

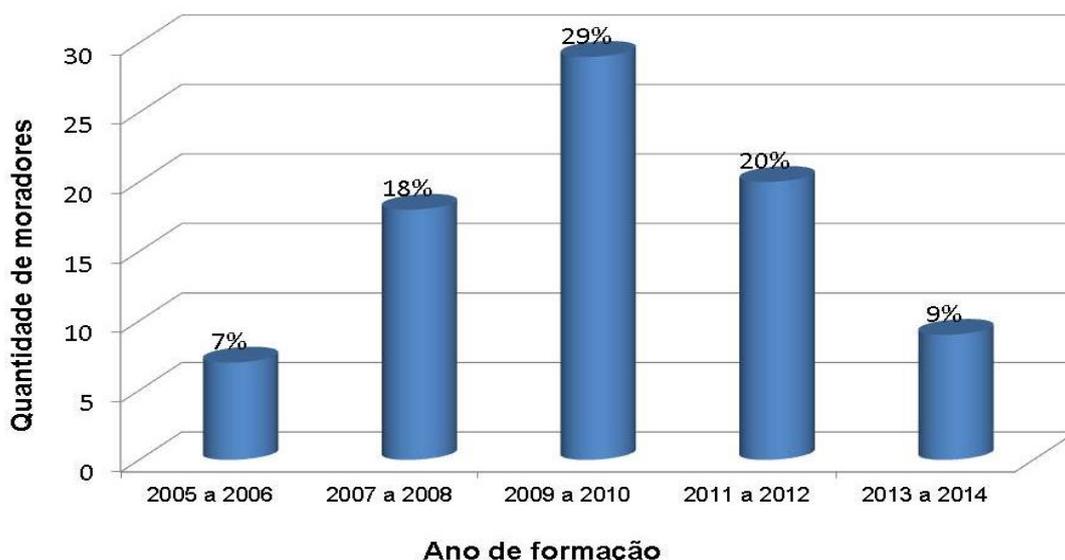


Figura 17 - Período de formação da Comunidade de Bela Vista I

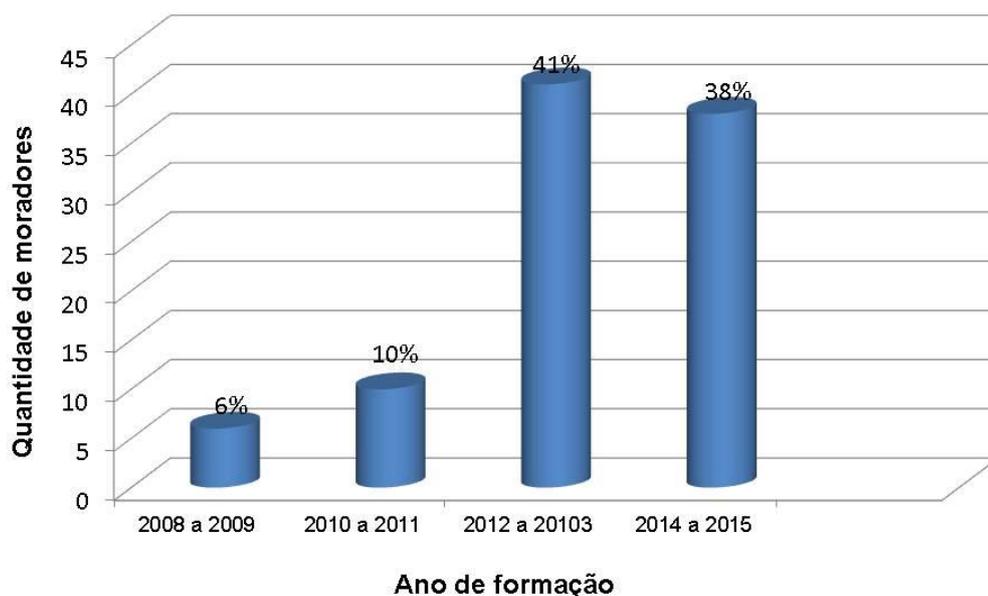


Figura 18 - Período de formação da Comunidade de Bela Vista II

Em relação à área territorial de ocupação, a CBV I não possuía nenhum registro de propriedade, após pesquisa da Comissão responsável pelo processo de ocupação nos cartórios e órgãos competentes. Enquanto a CVB II já se constatou o registro de propriedade em nome de um comprador de um suposto herdeiro, o que torna a área, até o momento *sub júdice*. Tal fato dificulta o processo de regularização da área e inviabiliza os serviços de saneamento ambiental oferecido pelo poder público municipal, tais como: regularização da rede elétrica, coleta regular de lixo, serviço de abastecimento de água, entre outros.

Nesse período de ocupação espontânea se registra a derrubada de árvores de pequeno porte, sendo mantidas apenas as castanheiras, devido os alertas emitidos pela comissão responsável. Segundo informações dos próprios moradores, era comum o abate de vários animais, como tatu, répteis e famílias inteiras de macacos. Em alguns momentos os membros da Pastoral Social da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe realizaram visita ao local, buscando intervir através da orientação para evitar a ocupação em determinadas áreas, pois diversas famílias estavam demarcando lotes, dentro da área da APA da Serra do Saubal. Este episódio ocorreu durante o período em que o projeto de lei para criação da unidade de preservação encontrava-se em trâmite na câmara municipal para sanção do prefeito (a) da época.

As comunidades de CBV I e CBV II comportam, portanto, pelo menos, duas especificidades: a primeira constitui-se numa área da periferia urbana em processo de regularização para ser reconhecida como bairro pelo poder público; e a segunda além de estar sub-júdice (até que se defina a quem pertence por direito sua área territorial) situa-se no limite da APA Saubal, causando constante preocupação de ultrapassarem esses limites e adentrarem à área pertencente à APA, o que poderia agravar os problemas já existentes.

Ao observar novamente a figura 13 (p. 66), constata-se a localização da serraria Rancho da Cabocla na divisa entre a Serra Saubal e a CBV I, certamente causando danos ambientais às duas áreas: de um lado, pelo desmatamento, de outro, pelo depósito de serragem, além de outros problemas menores. É fato, portanto, que existem forças contrárias a saída ou fechamento dessa serraria, mesmo que resulte, como já comprovados, os danos que causam.

4.2.2 Modelo de ocupação: entre a teoria do êxodo rural e a teoria da segregação

Alguns autores como Saboya (2008), Silva (2007) explicam a origem do urbanismo situada no fenômeno da industrialização, em cuja raiz se encontra a revolução industrial, conforme já citado no segundo capítulo. O inchaço populacional das cidades decorria do êxodo dos trabalhadores rurais em direção às cidades, em busca de empregos e melhores condições de vida. Porém, ao buscarem melhorias, tal fato resultava na diminuição da qualidade de vida, em decorrência de fatores de degradação, como o lixo, falta de esgoto, doenças, entre outros problemas.

A teoria do êxodo rural, porém não se confirma nessa pesquisa, conforme apresentam os dados da figura 19, uma vez que os resultados revelam que a emigração às comunidades, é proveniente da área urbana da própria cidade de Santarém, cuja maioria veio de outros bairros (78%) e não como se supunha um êxodo rural. Em números menores estão os provenientes de comunidade do planalto, de Várzea, de outro município e de outro Estado (7%, 9%, 3% e 3% respectivamente).

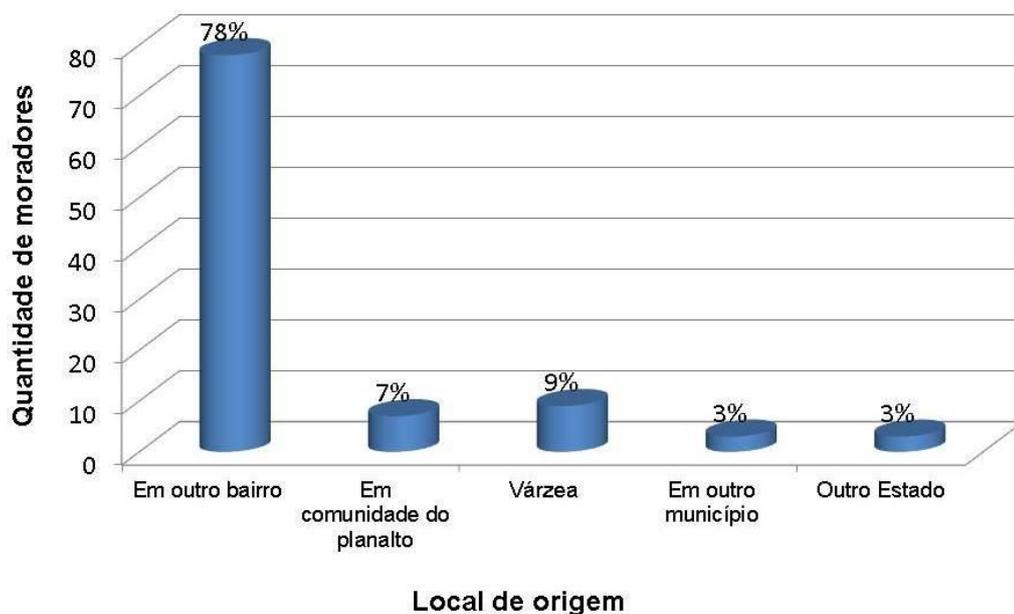


Figura 19 - Procedência dos moradores da Comunidade

Esse resultado confirma a teoria da segregação, elaborado por Silva (2007) que, ao discutir sobre o processo de urbanização ao longo dos anos no Brasil, constata que uma quantidade cada vez maior de famílias deixa as áreas mais centrais da cidade e se dirigem à periferia. Ao migrarem do centro à periferia estão saindo das áreas onde já se consolidou o setor produtivo, como o comércio, a indústria, o trabalho formal. Lá chegando, embora continuem na cidade, não podem contar com qualquer infraestrutura básica, como habitação adequada, água potável e saneamento.

Em muitos casos (25%), o que motivou aquelas pessoas irem morar nessa comunidade foi a gratuidade dos terrenos. Eram pessoas que queriam “sair do aluguel”, expressão usada pelos próprios entrevistados para deixar de morar em casas alugadas e assim, buscavam uma saída à crise financeira que persegue a vida da grande maioria da população brasileira. Mas, para mais da metade (64%), a principal motivação para irem morar nessa comunidade foi o preço acessível dos imóveis. Deduz-se desse fato constatado pela pesquisa que, nem sempre aqueles que ocupam essas áreas, continuam morando lá, mas o fazem para venderem em seguida, mesmo que por preços acessíveis. Nesses casos, a ocupação espontânea passa a ser um negócio comercial.

Esse processo de urbanização acelerado e desordenado gera, além de degradação, desigualdades sociais, pois, distantes do mercado formal, não conseguem acessar uma vida produtiva satisfatória, ingressando no mercado informal. Segundo dados da pesquisa, há uma enorme variedade de profissões e/ou ocupações, que se diluem em percentuais insignificantes de 1,7% como as que seguem: agente de saúde, funcionário público, pintor, artesão, vigilante, cozinheiro, professora, carpinteiro, costureira, operador de máquina, e mecânico. Entre as profissões e/ou ocupações que atingiram os percentuais de 3% estão: lavador de carro, carroceiro, serrador de madeira, pedreiro. As profissões que atingiram o percentual de 5% foram: vendedor autônomo e ajudante de pedreiro. Em número maior estão: dona de casa (20%) e empregada doméstica (12%). Tal resultado é revelador de que a vida produtiva dessa comunidade centra-se no mercado informal, com baixo poder aquisitivo, uma vez que integram um rol de ocupações desvalorizadas social e economicamente e que o trabalho não se configura condição de cidadania, mas condição de sobrevivência.

Retomando a teoria da segregação (Silva, 2007), situa-se essas comunidades quase na linha da pobreza, pois não possuem as condições adequadas para viver dignamente nas áreas da saúde, moradia, educação. O poder aquisitivo é muito baixo, de acordo com as informações apresentadas pela figura 14, oscilando a renda familiar entre “até um salário mínimo” (55%) e “de um a dois salários mínimos” (31%), conforme figura 20. Isso porque os comunitários contam com o benefício do Programa Bolsa Família com 62% de beneficiados.

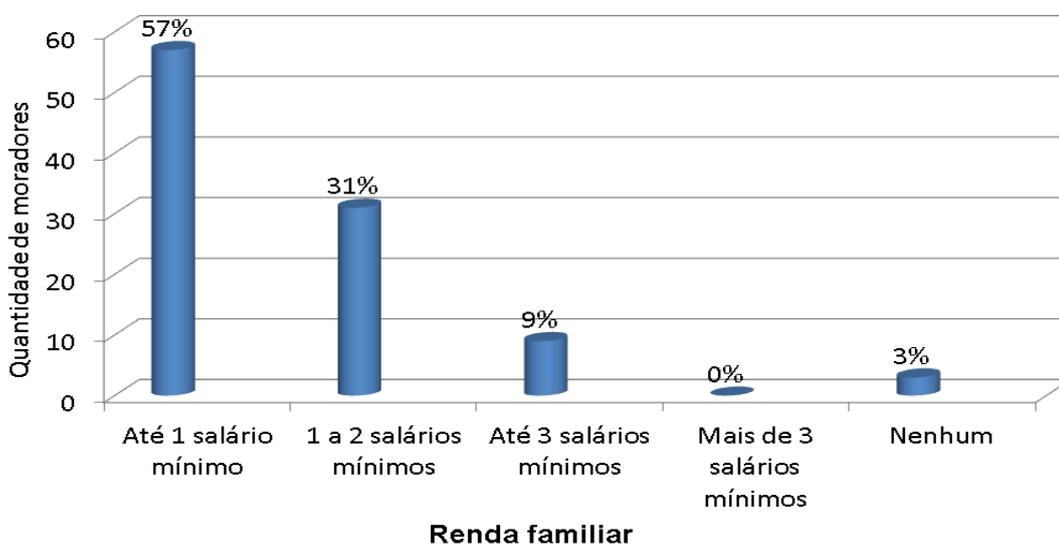


Figura 20 - Renda mensal da família

Ao somar-se os percentuais das duas primeiras classes, ou seja, dos que tem a renda de até um salário e dos que tem entre um a dois salários mínimos, ter-se-á um índice de 86% de famílias com baixíssima renda, quase beirando a linha de pobreza. Esse dado se confirma ao cruzarmos a informação sobre o meio de transporte utilizado por essa população em que se sobressai o uso de transporte coletivo, o ônibus, com 48% de famílias usuárias e um alto índice de pessoas não utilizam nenhum meio de transporte, porque se deslocam à pé, quando precisam se locomover até ao centro da cidade. Outros, ainda, utilizam transportes alternativos, como bicicleta e carroça. Não se trata de diminuir a importância da bicicleta como meio de transporte, aliás, esse tem sido até estimulado em países do primeiro mundo com IDH elevado como é o caso da Holanda, Espanha e outros. Em nossa realidade, o uso de bicicleta, em ruas sem ciclovias, representa perigo e risco de acidentes fatais. O uso de bicicleta em nossas cidades significa o único recurso possível em muitos casos. A figura 21 apresenta essas informações.

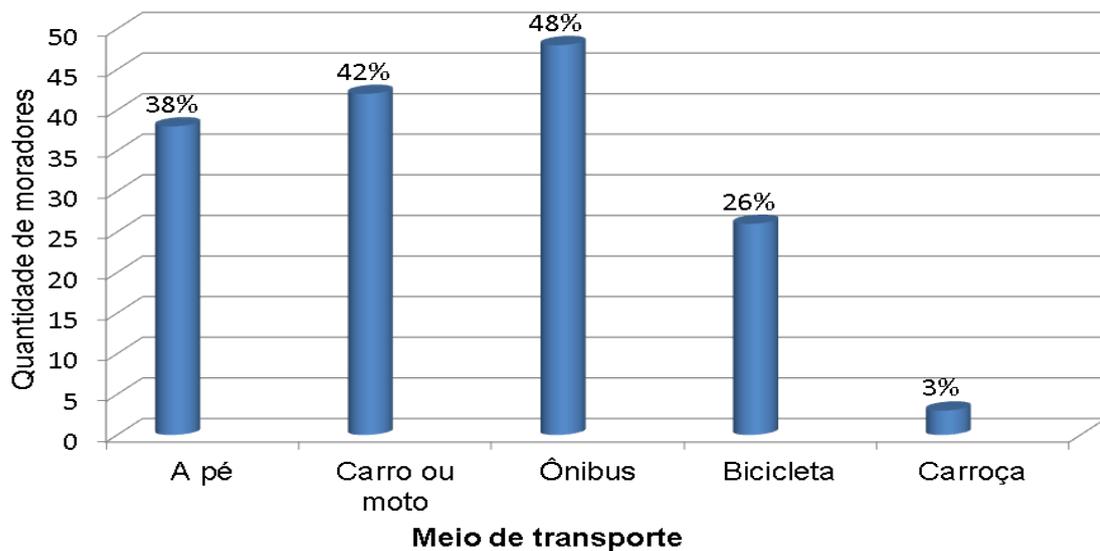


Figura 21 - Meios de transporte utilizado

Em que pese essas condições desfavoráveis, os comunitários da CBV I e II priorizaram a compra da casa própria por preços acessíveis, alguns fazendo a “Compra da chave”, expressão usada quando alguém compra uma casa sem a escritura do imóvel, seja porque ela está situada numa área de invasão, seja porque

está alienada a bancos. Outros compram terrenos com ou sem documentação ou, ainda, o conseguiram por loteamento gratuito ou ocupação espontânea. As construções são em alvenaria e madeira, conforme mostram as figuras 22 e 23, predominantemente, casas pequenas com poucos cômodos, na maioria com um só banheiro, um ou dois quartos. As residências não têm sumidouros e sem rede de esgoto, despejam seus dejetos líquidos na rua, no quintal da própria casa ou no quintal do vizinho (figura 24).



Figura 22 - Aspectos das Moradias CBV I e II



Figura 23 - Aspectos das Moradias CBV I e II



Figura 24 - Ausência de Saneamento

Na CBV I o abastecimento de água vem do microssistema, sendo este insuficiente para abastecer à população, o que faz com que a maioria dos comunitários (81%) optem pelo poço artesiano próprio. Nessa comunidade, não havia coleta regular de lixo até o ano de 2011, ano em que passou a ser responsabilidade do município. A partir de então, a prefeitura contrata o aluguel de carroça, cuja coleta é realizada três vezes por semana. A Carroça foi a alternativa encontrada pela prefeitura, uma vez que o acesso à carros apropriados é inviável, em virtude de não haver ainda, na comunidade, vicinais formadas, existindo apenas caminhos e estradas rasgadas sem equipamento adequado. Mesmo assim, ainda persiste a prática de jogarem o lixo doméstico no lixão mais próximo do bairro, nos quintais e até mesmo nas ruas. A figura 25 mostra o lixo armazenado em local indevido.



Figura 25 - Situação do Lixo



Figura 26 - Armazenamento do Lixo

O serviço de energia é oferecido pelas Centrais Elétricas do Pará (CELPA) apenas na Bela Vista I, sendo insuficiente, pois, ainda se pratica nessa área, o uso clandestino desse serviço. Ao todo 77% buscam o serviço da rede Celpa e 20% fazem “gato”, ou seja, fazem ligação clandestina da rede Celpa. A Comunidade Bela Vista II não conta com o serviço da Celpa.

O modelo de ocupação/expansão das duas comunidades confirma a tese de Cavinatto (2003), segundo a qual a expansão urbana sem o devido planejamento torna o problema da falta de saneamento básico/ambiental ainda mais complexo, ocorrendo à ocupação de áreas sem infraestrutura adequada para a moradia. E mesmo quando se tenta implantar uma infraestrutura de saneamento, esta não acompanha o ritmo de crescimento das áreas urbanas e isso impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas que residem em áreas de ocupação espontânea.

Para o autor, o aumento da população nestas comunidades a tornam mais susceptíveis a riscos ambientais provenientes das ruas poluídas pela defecação de animais, dos terrenos baldios, dos esgotos a céu aberto, enfim, as pessoas expostas a esses riscos estão mais propensas a agentes infecciosos adquiridos no domínio público e até em casa, pela falta de higienização adequada, o que favorece a transmissão de doenças infecciosas.

Não por acaso que, as doenças mais comuns nessas comunidades são as viroses em geral e as verminoses, conforme apresenta a figura 27.

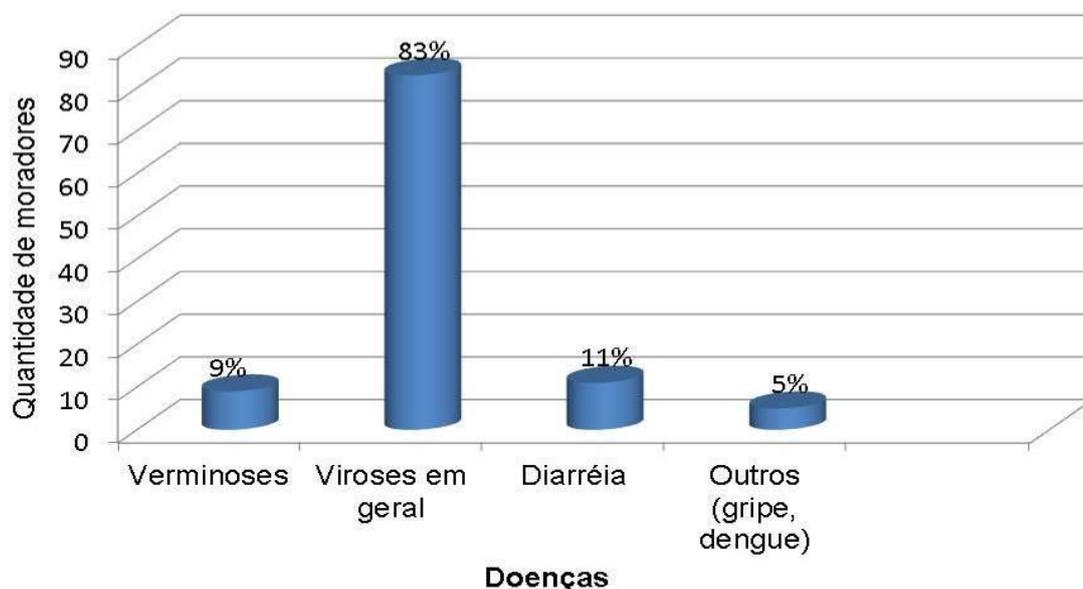


Figura 27 - Prevalência de doenças entre os moradores

Para agravar a situação, a comunidade ainda não dispõe de um posto de saúde próprio, recorrendo ao poste de saúde do bairro mais próximo ou ao Pronto Socorro Municipal (PSM) quando precisam de atendimento em primeiros socorros ou consultas regulares. São locais mais distantes de suas residências, além de receberem uma demanda muito grande a ser atendida. Ou seja, o serviço de saúde é praticamente inexistente para essas comunidades.

São famílias numerosas com mais de três filhos (42%), considerando o núcleo familiar de pai, mãe e filhos. Esse número aumenta, se se considerar os agregados que amplia consideravelmente a constelação familiar para 61% entre quatro a sete pessoas. Nessas famílias, em geral o provedor é somente o pai (42%). Porém, um percentual significativo (33%) divide essa responsabilidade com a mulher. Predomina também o modelo de família, cujo estado civil é o casamento, com 51%, seguido da união estável com 20% que vive com um/a companheiro/a.

4.2.3 Aspectos socioculturais das Comunidades Bela Vista I e II

Em relação aos aspectos socioculturais, as comunidades dessas duas áreas tem as seguintes características: frequentam a escola pública em sua totalidade, possuem formação com nível médio completo (40%), mas um significativo

percentual de pessoas apenas com ensino fundamental incompleto com (27%), e ensino fundamental completo com 23%. Em percentuais menores estão outros níveis de ensino, conforme apresenta a figura 28.

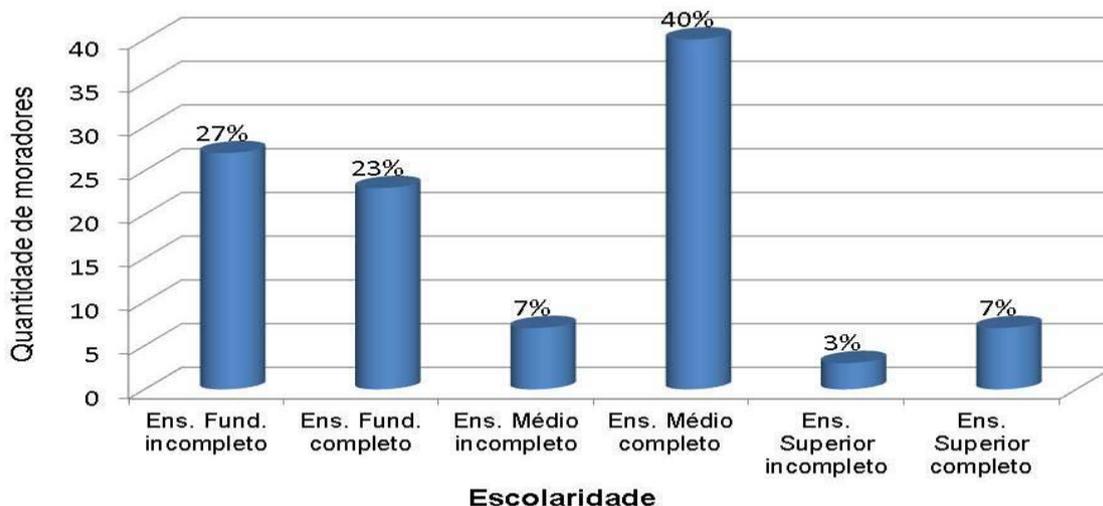


Figura 28 - Formação escolar e/ou acadêmica

Há uma correlação entre formação e qualidade de vida. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família tem contribuído em manter a criança na escola, sendo condição para que as famílias recebam o benefício. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aumentou em 36% o tempo de permanência na escola entre os mais pobres com até 21 anos de idade entre 2003 e 2013. Também cresceu o número de alunos com 15 anos de idade estudando na rede pública na série adequada. A quantidade dos alunos mais pobres no nível escolar correto foi de 24,4% para 63% entre 2001 e 2011. Segundo Eduardo Pereira, Diretor de Condicionalidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), “As famílias têm que perceber que frequentar a escola é um direito que as crianças têm. Além do direito, é uma condição essencial para que a família tenha condições de superar a condição de pobreza” (GS News, 2015).

Em relação aos meios de comunicação, há predominância do telejornal, com 68% dos inquiridos, seguidos da internet, com 42% e do jornal em rádio com 31%. Tal fato revela que o acesso à comunicação não é tão precário e desconstrói a ideia pré-concebida de que povo pobre é mal informado. Porém, é fato também, que a informação somente não garante o acesso à cidadania concreta. É preciso ir mais

além: é preciso transformar a informação em conhecimento e isso se realiza pela educação. Embora um percentual significativo afirme usar a internet, mais da metade (61%) não tem acesso ao computador, limitando seu acesso a trabalhos escolares. A figura 29 apresenta esses dados.

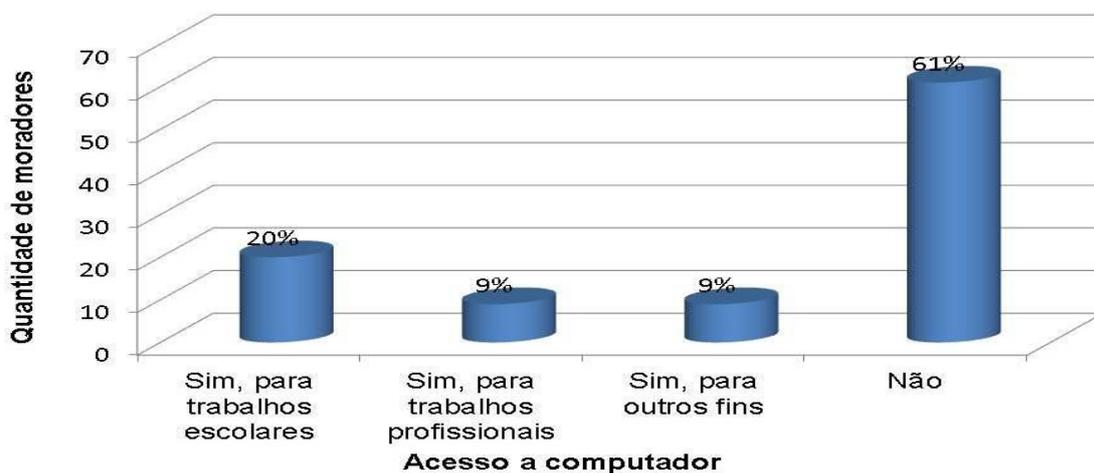


Figura 29 - Utilização e/ou finalidade do computador

Mas o uso da internet se faz pelo celular, uma vez que a maioria (88%) afirma ter um. E quando se perguntou sobre quem acessa a internet para outros fins, que não seja para manter-se informado, 77% dos inquiridos respondeu que sim e apenas 22% não acessam a internet no seu dia-a-dia. Outro dado interessante da pesquisa foi o local de acesso à internet (a figura 30 apresenta esses dados), que confirmou a resposta anterior de que nem todos tem computador em sua casa, pois 40% acessam do seu celular, 16% acessam em LAN house/cyber e 3% acessam em seu local de trabalho.

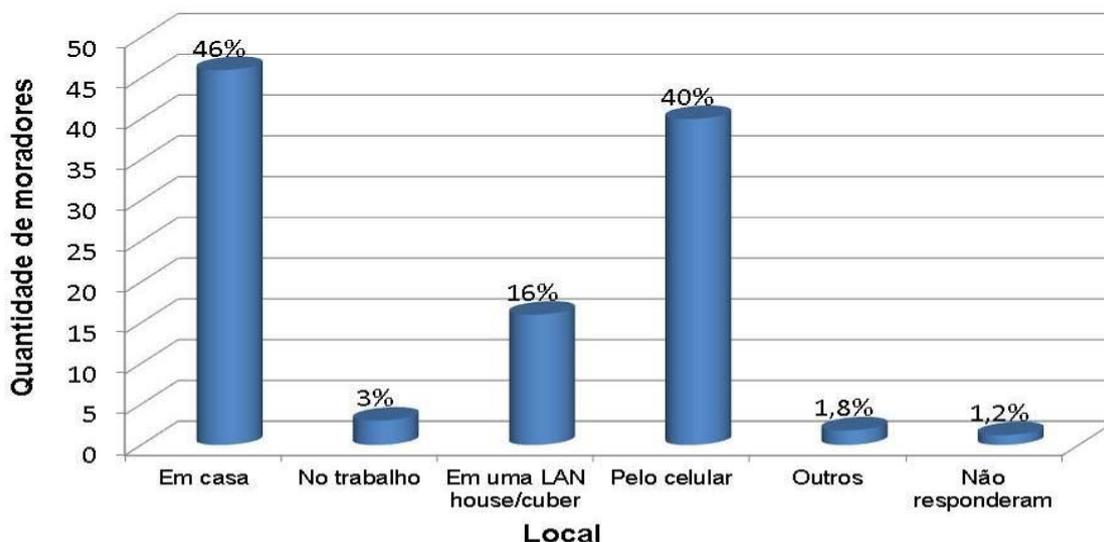


Figura 30 - Local de acesso à internet pelos moradores

Sobre a leitura, o público investigado se revelou muito disperso e pouco convincente quanto a essa habilidade, tais informações são apresentadas na figura 24. Mesmo tendo sido orientados que poderiam marcar mais de uma opção, ainda assim foi baixo o índice dos que leem livros, menos da metade, outros responderam que raramente leem ou nunca leem. O contexto cultural se revela pobre, sem variadas alternativas como apresenta a figura 31. E o que é pior: poucos, apenas 16% veem a escola como espaço cultural. Para eles, a Igreja (72%) e o Barracão Comunitário (44%) são mais citados como espaços culturais do que a escola.

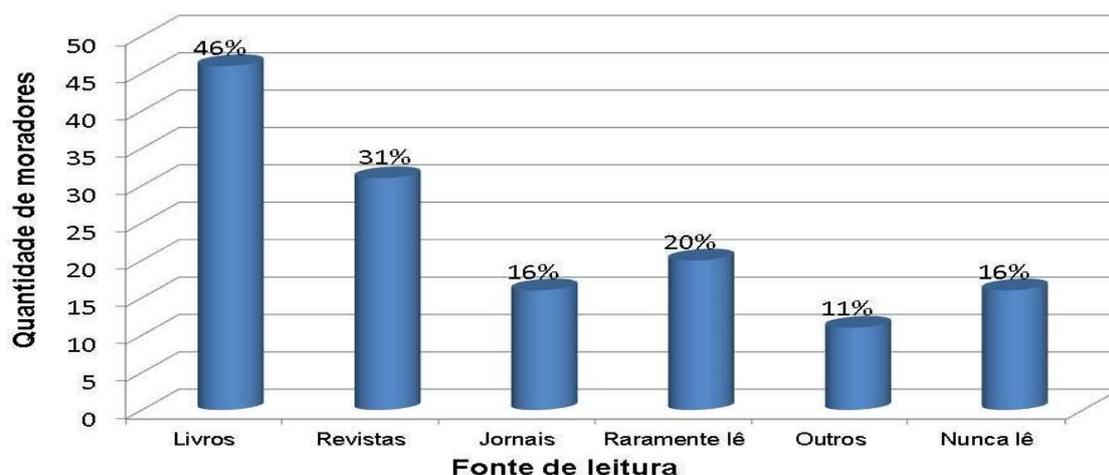


Figura 31 - Material utilizado como fonte de leitura

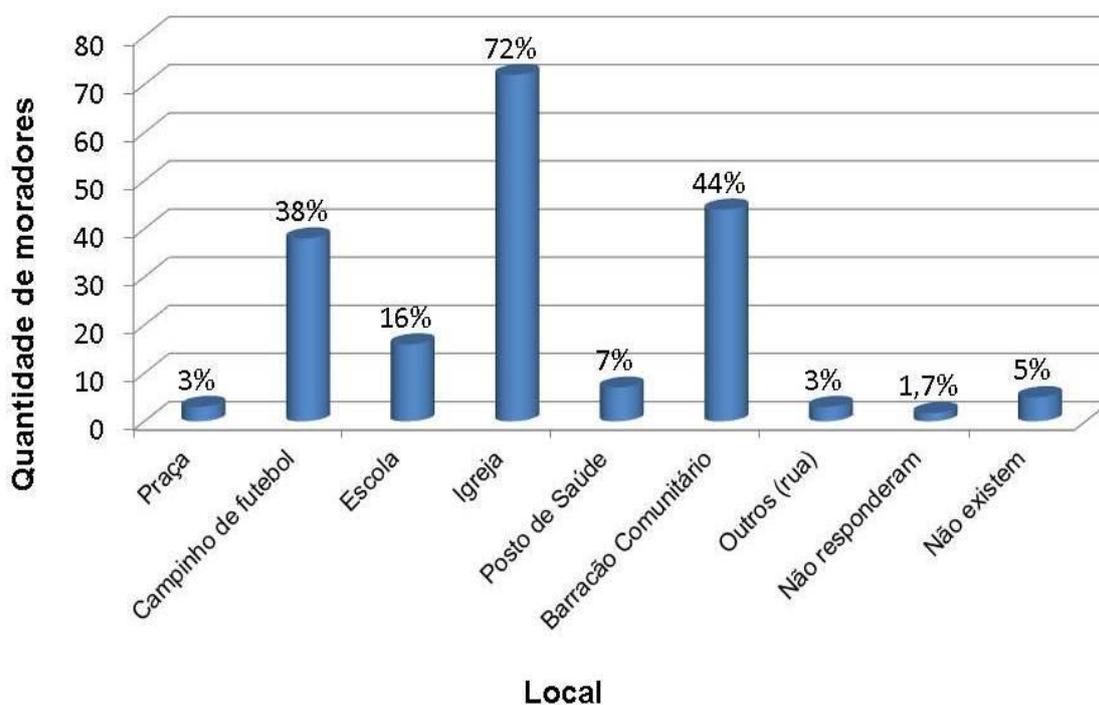


Figura 32 - Utilização de espaços culturais pelos moradores

São duas as religiões praticadas por essas comunidades, com leve predominância da igreja evangélica. Conforme a pesquisa, entre as motivações que levaram a emigração a essas comunidades está o trabalho de evangelização, citado por alguns. Essas informações são apresentadas na figura 33. A fala da entrevistada, a seguir, ilustra o trabalho que vem sendo desenvolvido também pela igreja católica: Há duas décadas a comunidade realiza atividades pastorais na área da serra. Mas, após algumas Campanhas da Fraternidade, principalmente a partir do ano de 2005, conforme reflexões pertinentes sobre os impactos que homem causa no meio ambiente, na Amazônia e no restante do planeta, iniciou-se uma árdua campanha visando a preservação do referido local. Desde então, juntamente com outras lideranças da comunidade, nos comprometemos em fomentar ações para tal fim (LUZIMAR SILVA DE SOUSA, 2015).

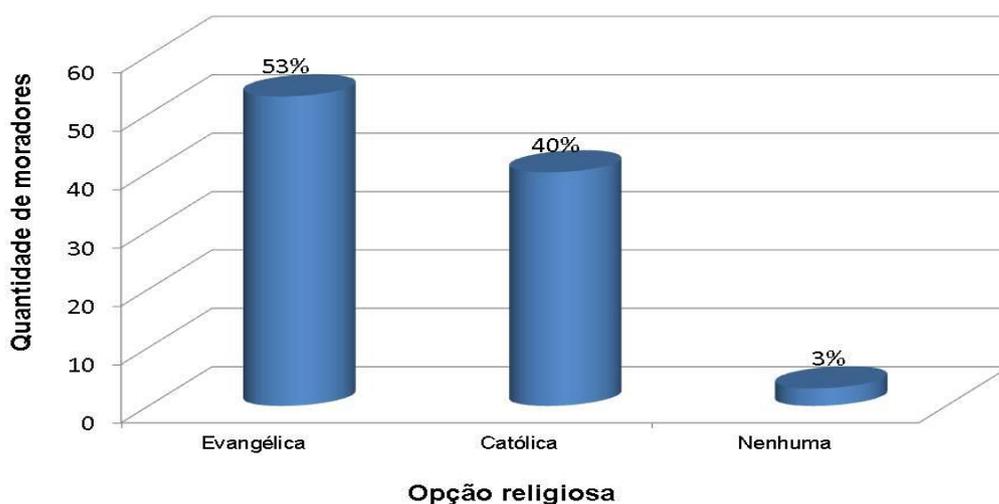


Figura 33 - Opção religiosa dos moradores

É viável a parceria entre poder público e as lideranças religiosas no enfrentamento às questões ambientais. Cada uma dessas instituições, no encaminhamento de sua missão e de acordo com ela, pode e deve empreender ações que agregam valores morais e éticos na perspectiva das sociedades sustentáveis. Aqui também se revela uma tradição histórica e cultural do Brasil de formação de centros urbanos, iniciados pelo trabalho de evangelização das igrejas.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

5.1 CONCLUSÕES

A urbanização da Amazônia foi um processo atravessado por investimentos estatais nos setores ferroviários e rodoviários; nas hidrelétricas e telecomunicações, ou seja, grandes projetos que visavam apenas ao crescimento das cidades e de sua população. Crescimento econômico apenas, sem o atendimento às necessidades básicas, como saúde e educação e moradia. Outra característica que desenhou o perfil dos centros urbanos na Amazônia, foi a formação de cidades espontâneas vinculadas aos garimpos ou a projetos extrativistas, logo, sem infraestrutura nenhuma para a sua população, gerando pobreza, desemprego, entre outras mazelas sociais.

Nesse estudo foi possível concluir que o processo de ocupação das Comunidades Bela Vista I e II reproduziu o modelo de urbanização da Amazônia, constatada pela ocupação espontânea, cuja motivação econômica predominou esse processo. Assim, a busca por imóveis de baixo preço ou terrenos gratuitos, a proximidade do centro urbano para quem vem do interior antecederam qualquer preocupação com a qualidade de vida. Após a instalação das comunidades e o surgimento dos problemas decorrentes da falta de saneamento ambiental, começam as reivindicações locais por melhorias.

Assim, constatou-se, de acordo com os aspectos investigados junto aos moradores das comunidades Bela Vista I e II, que predomina a carência de saneamento ambiental, notadamente no que se refere ao fornecimento de energia elétrica, de água encanada, de coleta de lixo e rede de esgoto. Tais constatações estão vinculadas a ocupação espontânea que gera esses problemas, realçando-se a segregação socioespacial, característica típica das áreas urbanas urbanizadas sem planejamento.

5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Conforme constatado nessa pesquisa, muito ainda precisa ser feito pela APA/Saubal e seu entorno, tanto do ponto de vista político como acadêmico. Nesse sentido, sugere-se estudos que aprofundarão o tema abordado, entre eles, destacam-se:

- i) financiamento e planejamento participativo das cidades amazônicas;
- ii) ocupação espontânea e segregação social em Santarém/Pa; planejamento de políticas públicas e saneamento básico na Amazônia;
- iii) as cooperativas e o ecoturismo: possibilidades de autonomia para as comunidades nas APAS.

Finalmente, entende-se que não se trata de um objetivo impossível, mas de vontade política e maiores investimentos. É do conhecimento de todos que esse empreendimento encontra respaldo na legislação maior do Brasil e do Município, como o Plano Diretor, que norteia as políticas de planejamento urbano da cidade de Santarém. Trata-se, portanto de maior envolvimento com a causa e empenho das lideranças locais, para que o direito formal das comunidades estudadas se transforme em direito real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITH, Fernando. Saúde e Saneamento no Brasil: Aspectos Conceituais e Regulatórios e os Desafios para a Adoção de Políticas Públicas Intersectoriais no País. In: MOTA, Carolina et al. **Saneamento Básico no Brasil – Aspectos Jurídicos da Lei Federal nº 11.445/07**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

ALCHIO, Luiz Henrique Antunes (2011). **Saneamento e Planejamento: Lei 11.445/2007 e Decreto 7217/2010**. Disponível em: <http://seminario-desaneamento.info/bancodearquivos/arquivo/DR_LUIZ-ALCHIO.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

AMAZONIANAREDE. **Rio Branco, Capital**. Foto do Palácio do Governo de 2012. Disponível em: <<http://www.amazonianarede.com.br/rio-branco-capital-do-acre-comemora-130-anos-hoje/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

AQUINO, Máira Caires (2014). **Você sabe a diferença entre Saneamento Ambiental e Saneamento Básico?**. Disponível em: <<http://www.sinergiaengenharia.com.br/voce-sabe-a-diferenca-entre-saneamentoambiental-e-saneamento-basico/>>. Arquivo de 22 de agosto de 2014> Acesso em 11 ago. 2015.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ática, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, **Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7217.htm> Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____, **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARVALHO, Anésio Rodrigues de; OLIVEIRA, Mariá Vendramini Castrignano. **Princípios Básicos do Saneamento do Meio**. São Paulo: Ed. Senac, 2003.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. A Questão Urbana na Amazônia In: Governo do Estado do Pará/Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e Problemas Amazônicos** – História Social e Econômica e temas especiais. 2ª Ed. Belém:CEJUP, 1992.
- CAVINATTO, Vilma Maria. **Saneamento Básico – Fonte de Saúde e Bem Estar**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 4, p. 39-68, jul/set, 1987.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. Devassamento e ocupação da Amazônia brasileira. In: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Amazônia Brasileira** – Artigos. Edição do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro. 1994. P. 166 à 185.
- COSTA, Ériko Fabrício Nery da. **Periferização, Dispersão e Fragmentação Urbana em Cidades Intermediárias da Amazônia: o caso de Altamira, Pará**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, da Universidade da Amazônia. Belém – Pa, 2013.
- COSTA, Tatiane de Cássia Silva da. **Urbanização e diversidade sócio-espacial das cidades da Amazônia: uma leitura a partir de Santarém/Pa**. Estado e Sociedade, Rio de Janeiro: RJ, agosto/2012.
- FERREIRA, Jader Duarte. **Análise do Plano-Processo na urbanização de cidades no Baixo Amazonas: o caso de Santarém-Brasil**. Dissertação de mestrado. UNAMA, 2011.
- FERREIRA, Ronaldo. **Vista aérea de Santarém (foto)**. 2015. Disponível em: <http://jp-viagensecaminhos.blogspot.com.br/2015/10/santarem-.html?utm_source=bp_recent&utm_medium=gadget&utm_campaign=bp_recent>. Acesso em: 29 dez. 2015.
- FIOROTI, Luis. **Compreenda o Saneamento Ambiental**. Espírito Santo. CREA. 2008.
- GENTIL, Janete M. Lobato. **A noção do Urbano em Áreas de Fronteira - uma revisão teórica**. UFPA, Belém, 1985.
- GNOTÍCIAS. **Bolsa Família**. 2015. Disponível em <<http://www.gnoticias.com.br/exemplo-mundial-bolsa-familia-aumenta-permanenci.aspx>> Acesso em: 28 set. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEÃO. Renato Freitas de Castro; OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. **O Plano Diretor e a Cidade de Fato: o caso de Santarém-Pa**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

MACHADO, Altino. **Fotos do Antigo Acre**. 2006. Disponível em: <http://www.altinomachado.com.br/2006/05/fotos-do-acre-antigo_05.html>. Acesso em: 29 dez. 2015.

MARICATO, Hermínia. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015

MASCARENHAS, Elida Maria Cardoso de Brito. **Gestão Ambiental urbana: uma análise da ação do Projeto Vila-Bairro na Vila Santa Maria da CODIPI, zona norte de Teresina, Piauí**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) UFPI, 2008 162 fls.

MENEGAT, R; ALMEIDA, G. Sustentabilidade, Democracia e Gestão Ambiental Urbana. In: MENEGAT, R; Almeida, G. (Orgs.) **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOREIRA, Terezinha (2002). **Saneamento Básico: desafios e oportunidades**. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/joseclaudiocardosodeoliveira/Saneamento>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MOTA, Carolina et al. **Saneamento Básico no Brasil – Aspectos Jurídicos da Lei Federal nº 11.445/07**. São Paulo. Quartier Latin, 2010.

NERY, Xico. **Porto Velho, Rondônia**. 2013. Disponível em: <<http://www.newsrondonia.com.br/noticias/porto+velho+fez+98+anos+com+programacao+limitada+na+5+feira+24/28216>>. Acesso em: 04 jan 2016.

NETO, Inácio. **Orla de Santarém – 1935**. 2012. Disponível em: <http://ignacioneto.blogspot.com.br/2012_07_01_archive.html>. Acesso em: 29 dez. 2015.

OLIVEIRA et al. **Espaços Híbridos e Espacialidades Rural-Urbanas na Amazônia: o caso de uma periferia urbana em Santarém-pa**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos – ENG. Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. **Expansão Urbana e periferização de Santarém-Pará: questões para o planejamento urbano**. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/268.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

_____. **Expansão Urbana e a Produção de Periferias em Santarém-Pará: um estudo sobre o entorno da Avenida Fernando Guilhon.** 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=288>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia:** uma abordagem a partir de Santarém (PA) - Belém: NAEA/UFPA, 2004.

PEREIRA Jr. José de Sena. **Aplicabilidade da Lei nº 11.445/2007 – Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.** Brasília, DF: Consultoria Legislativa, 2008.

PHILIPPI JR., Arlindo (editor). **Saneamento, Saúde e Ambiente – Fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

PHILIPPI JR., Arlindo e MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Saneamento e Saúde Pública: Integrando Homem e Meio Ambiente. In: **Saneamento, Saúde e Ambiente – Fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Editor Arlindo Philippi Jr. Barueri. São Paulo. Manole, 2005.

RAMALHO, Deolinda de Souza. Degradação ambiental urbana e pobreza: a percepção dos riscos. In: **Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Ano XVII, nº 19, 1999. p. 16-30.

ROCHA. Luciano Albuquerque da. **Reestruturação Sócio espacial e gestão do desenvolvimento local na área de influência do projeto Albrás Alunorte – O caso do Laranjal/Barcarena – Pa** (monografia). UFPA. 2001.

RONDONIAGUIA. **Porto Velho.** Disponível em: <http://rondoniaguia.com.br/?page_id=149>. Acesso em: 29 dez. 2015.

SABÁ, Giovana. (2012) **Urbanização e Saneamento Básico.** Disponível em: <<http://saneamentonaotaobasico.blogspot.com/2012/05/urbanizacao-aneamento-basico.html#v73cdBWEP5Ciueu8.99>> Acesso em: 24 ago. 2015.

SABOYA, Renato (2008). **Urbanismo.** Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/02/0-urbanismo>>. Acesso em 26 ago. 2015.

SANEAMENTO. In: **Michaelis:** moderno dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=saneamento>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

SANEAMENTO. In **Di:** Dicionário Informal. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/saneamento>> Acesso em: 08 ago. 2015.

SANTARÉM, Secretaria Municipal de Administração (SEMAD). **Decreto nº 098/2012**. Dispõe sobre a nomeação de membros do Conselho Municipal da APA do Saubal. Santarém-Pa: Semad, 2012.

_____. (Prefeitura). **LOCALIZAÇÃO/ Coordenadas Geográficas**. Disponível em: <<http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=112&fa=62>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

_____. Secretaria Municipal de Administração (SEMAD). **Lei nº 18.715**, de 06 de setembro de 2011. Cria a área de proteção ambiental da Serra do Saubal, no município de Santarém, estado do Pará e dá outras providências. Santarém: Secretaria Municipal de Administração, 2011. Disponível em: <http://sapl.santarem.pa.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/186_texto_integral> Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. **Lei nº 18.051 / 2006**, de 29 de dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santarém. Santarém: Secretaria Municipal de Administração, 2006. Disponível em: < http://www.santarem.pa.gov.br/arquivosdb/basico1/0.518634001179498798_lei_18.051__06__plano_diretor.pdf >

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHMIDT, Benício e FARRET, Ricardo. **Questão Urbana**. São Paulo. Editora Zahar, 1986.

SERPA, A. A Paisagem Periférica. In: Eduardo Yázigi. (Org.). **Turismo e Paisagem**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 161-179.

SILVA, Andresa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. Geoinf: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v.5, n.1, p. 58-76, 2013. ISSN 2175-862X (on-line). Acesso em 06 out. 2015.

SILVA, Keli de Oliveira. A Periferização causada pela desigual urbanização brasileira. **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar nº 11/Dez/Jan/Fev/Mar. 2007. Maringá: Paraná. ISSN 15 19.6178. Disponível em: <www.urutagua.uem.br/011/11silva.htm> Acesso em: 08 out. 2015.

SOUSA, Wildson. **Localização geográfica: limites das Comunidades**. Usando o Google Earth para adaptar dados proprietários. Santarém, 2015.

SOUSA, Werlisson .**Mapas comparativos da ocupação das áreas CBV I e CBV II**. Usando Google Earth para adaptar e produzir dados proprietários Santarém, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, Cordeiro da. Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Saint-Clair XIV Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro - RJ – Brasil/Maio de 2011.

VILLAÇA, Flávio. Segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados** [online]. São Paulo. 2011, vol.25, n.71, p. 37-58. ISSN 0103-4014.

ZIONI, Fabíola. Sociedade, Desenvolvimento e Saneamento. In: PHILIPPI JR. (org.). **Saneamento, Saúde e Ambiente** – Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Editor Arlindo Philippi Jr. Barueri. São Paulo. Manole, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DA COMUNIDADE DE BELLA VISTA I e II(SERRA DO SAÚBAL), NA GRANDE ÁREA DA NOVA REPÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PARÁ

Sr.(a). morador(a), **Bela Vista I** ()

Bela Vista II ()

Este questionário é um instrumento de coleta de dados que tem por objetivos colher informações para uma pesquisa de mestrado do Programa POS GRADUACAO EM PROCESSOS CONSTRUTIVOS E SANEAMENTO URBANO Nível: Mestrado Profissional, área de concentração: Saneamento Urbano e linha de Pesquisa: Saneamento Ambiental, da Universidade Federal do Pará. Solicito a gentileza de respondê-lo, garantindo o anonimato das respostas.

I. INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Qual o seu estado civil?

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Mora com um(a) companheiro(a)
- Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a)
- Viúvo(a).

2. Quantos(as) filhos(as) você tem?

- Um(a)
- Dois(duas)
- Três ou mais
- Não tenho filhos(as)

3- Quantas pessoas moram com você?(incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)

- Nenhuma, Moro sozinho (a)
- Uma a três
- Quatro a sete
- Oito a dez
- Mais de dez

4. Quem é o provedor(a) da família?

- Somente o pai
- O pai e a mãe
- Somente a mãe
- A mãe e a avó
- Outros: _____

II. INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS E SOCIOECONÔMICAS

5. Qual é a sua profissão/ocupação?

6. Qual é o valor, da renda mensal da família?

- Até um salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- Até 3 salários mínimos
- Mais de três salários mínimos
- Nenhuma renda

7. Você ou algum membro(a) de sua família recebe algum tipo de benefício do governo?

- Sim: qual? _____
- Não

III . FORMAS DE OCUPAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO BAIRRO

8. Em que ano você veio morar nessa área comunidade de Bela Vista/Serra do Saubal _____

9. Onde você residia antes de vir morar na comunidade de Bela Vista/Serra do Saubal?

- Em outro bairro da cidade
- Em comunidade da região do planalto do município
- Em comunidade da região de várzea do município
- Em outro município
- Em outro estado
- Outros: _____

10. O que o motivou a vir morar nessa área da comunidade de Bela Vista/Serra do Saubal?

- O preço acessível do terreno
- Gratuidade do terreno
- Outros: _____

11. A sua moradia é:

- Própria
- Alugada
- Cedida

12. Como foi que conseguiu sua casa, caso ela seja própria?

- Compra documentada do terreno
- Compra do terreno sem documentação
- Compra de chave da casa
- Loteamento gratuito feito pelo presidente da associação de moradores do bairro ou por outra pessoa
- Ocupação espontânea/invasão

13. Qual o material que foi usado na construção da casa que você mora (própria ou alugada):

- Alvenaria
- Madeira
- Outros: _____

14. Quantos pisos e cômodos tem a sua casa?

- Piso(s): _____
- Sala: _____
- quarto(s): _____
- Cozinha: _____
- Banheiros: _____

Outros: _____

15. Existe rede de esgoto nessa área da comunidade de Bela Vista/Serra do Saubal?

- Sim
 Não

16. Caso não exista rede de esgoto, qual o destino dos dejetos líquidos de sua casa?

17. Como funciona o serviço de energia em sua casa ?

- Rede Celpa
 Outros:

18. Como funciona o fornecimento de água para a sua casa?

- COSANPA
 Microsistema do bairro
 Poço artesiano particular

Outros: _____

19. Como é realizada a coleta de lixo na sua rua?

- Coleta regular por empresa contratada pela prefeitura
 Coleta irregular ou particular
 Não há serviço de coleta de lixo

20. Caso não exista coleta regular, como você descarta seu lixo? _____

IV. INFORMAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

21. Em que tipo de escola você cursou maior parte dos seus estudos ?

- Em escola pública
 Em escola particular
 Nunca frequentei escola

22. Qual a sua formação?

- Ensino Fundamental incompleto
 Ensino Fundamental completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino Superior incompleto
 Ensino superior completo

23. Qual é o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado?

(marque mais de uma alternativa, se necessário).

- Jornal escrito e/ou revistas
 Jornal TV
 Jornal Rádio
 Internet
 Outros

24. Você tem acesso ao computador?(marque a mais aplicável)

- Sim, para lazer e trabalhos escolares.
 Sim, para trabalhos profissionais.
 Sim, para outros fins.
 Não

25. Você tem telefone celular?

Sim

Não

26. Você tem acesso à Internet?

Sim

Não

27. Em caso afirmativo na questão anterior, indique o local (marque mais de uma alternativa, se necessário):

- Em casa
 No trabalho
 Em uma LAN house/cyber
 Pelo celular
 outros:

especificar _____

28. Você lê frequentemente: (marque mais de uma alternativa, se necessário)

- Livros
 Revistas
 Jornais
 Raramente lê
 Outros
 nunca lê

29. Quais os espaços culturais que existem em seu bairro (marque mais de uma alternativa, se necessário).

- Praça
 Campinho de futebol
 Escola
 Igreja
 Posto de Saúde
 Barracão Comunitário
 Outros:

especificar _____

30. Qual a religião da família? _____

Nenhuma

31. Quais os tipos de doença mais frequente no bairro?

- Verminose
 Víroses em geral
 Diarréia

Outros: _____

32 – Existe posto de saúde na comunidade ela Vista?

Sim

Não

33 – Quando você ou sua família necessitam de atendimento médico, onde você busca atendimento?

34. Qual o meio de transporte utilizado para se locomover nas atividades diárias (marque mais de uma alternativa, se necessário).

- A pé
 carro ou moto
 ônibus
 bicicleta
 Carroça

APÊNDICE B - Entrevista o presidente da associação de moradores do Bairro da Nova República

ENTREVISTA COM O ROGÉRIO CEBULISKI (GAÚCHO)

Entrevistado : Rogério Cebuliski

Profissão: Vereador (na época das ocupações o mesmo era presidente da associação de moradores do bairro da Nova República)

01 – Quando começou o processo de ocupação da comunidade do Bela Vista I?

02 – Quem organizou esse movimento de ocupação? Sociedade civil organizada? Partido político? Grupo espontâneo?

03 – Como ocorreu a distribuição dos lotes? O que as pessoas tinham que fazer para adquirir um lote?

04 – Quantas famílias hoje residem no Bela Vista I?

05 – Hoje Já existe algum processo de regularização por parte do poder público, ou já é reconhecido legalmente essa área do Bela Vista I?

06 – Existe uma associação de moradores na comunidade? Caso sim, ela é atuante em benefício da comunidade?

1 - Quando foi e como ocorreu o processo de ocupação da comunidade de Bela Vista II?

02 -Todos os lotes já estão efetivamente ocupados?

03 – A Bela Vista II já tem associação de moradores?

04 – Hoje Já existe algum processo de regularização por parte do poder público, ou já é reconhecido legalmente essa área do Bela Vista II?

05 – Existe uma associação de moradores na comunidade? Caso sim, ela é atuante em benefício da comunidade?

06 – Informações adicionais

APÊNDICE C - Entrevista com a membro do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental – APA da Serra do Saubal.

Entrevistado (a): Luzimar Silva de Sousa

Profissão: Assistente Social

Atividade em exercício/ participação no controle social: membro titular no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental-APA da Serra do Saubal, pela cadeira cativa da Pastoral Social da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe na Diocese de Santarém.

1. Quanto tempo você está envolvida com o movimento em defesa da Serra do Saubal?
2. Existe uma instituição específica (associação, instituto, outros...) que trabalha em prol da defesa da Serra do Saubal?
3. Você sabe quando começou o movimento de ocupação desta área da Serra do Saubal (Bela Vista)?
4. Como ocorreu esse processo de ocupação desta área da serra do Saubal (Bela Vista)?
5. Existe uma regulamentação (lei, decreto, outros) que busque manter a preservação da Serra do Saubal?
6. Como você analisa a participação do governo municipal quanto a questão da ocupação da serra do Saubal?